

GOIÁS INDUSTRIAL

Revista do Sistema Federação das
Indústrias do Estado de Goiás



ENTREVISTA

Mudança estrutural no mercado mundial de grãos traz riscos e oportunidades para o Brasil, analisa Mendonça de Barros



COMO ENFRENTAR A ESCALADA DE CUSTOS

EMPRESAS BUSCAM DOSAR REPASSE AOS PREÇOS
FINAIS DE FORMA A PRESERVAR VENDAS NUM MERCADO
AQUECIDO E MANTÊM PLANOS DE INVESTIMENTO



27^º Festival
**SESI
VIOLEIROS
E MPB**
Edição 2008

**O mais tradicional
festival de música
de Goiás. Participe.**

Informações

Casa da Indústria: (62) 3219-1313

Anápolis: (62) 3315-2333

Aparecida de Goiânia: (62) 3283-1300

Itumbiara: (64) 3404-2901

Rio Verde: (64) 3602-2752

Catalão: (64) 3411-3588

www.sesigo.org.br

Realização



Patrocínio



Apoio Cultural



palavra do presidente



Paulo Afonso Ferreira
pauloafonso@sistemafieg.org.br

“É essencial, nesse contexto, a atuação do governo, reduzindo despesas públicas sem interromper investimentos”

Diga não à inflação

Pesquisa do Banco Central, publicada no boletim Focus, mostra que as previsões inflacionárias do IPCA, para este ano, subiram de 4,5% para 6,40%. Os demais índices de preços também tiveram suas previsões alteradas para maior, como IGP-DI (FGV), para 11,41%; IGP-M (FGV), para 11,25%, e IPC (FIPE), para 6,33%. Já se admite uma taxa Selic de 14,25% para dezembro próximo, rompendo assim o ciclo de baixa. É uma péssima previsão para a indústria, os negócios e a produção em geral, os consumidores e a relativa estabilidade de que desfrutamos.

Elevação de inflação conduz à ampliação da taxa básica de juros e à correção de contratos, como os de aluguel. Desestimula a produção, penaliza os mais pobres, premia quem vive de renda financeira, motiva nas novas gerações a falsa idéia de que não é preciso trabalhar, desarticula a arrecadação de tributos, corrói os salários, criando uma instabilidade econômica que afasta os investimentos e solapa o processo democrático.

Esta é a hora de dizer não à inflação, porque um dos pilares do processo de crescimento sustentável é a estabilidade econômica, que se apóia na estabilidade dos

preços. O País inteiro aprovou, em 1994, o Plano Real, que sem tabelamentos ou qualquer outra forma de violência, derrubou as taxas inflacionárias para menos de 5% ao ano, muito próximo do ideal, no caso brasileiro. Bastou, todavia, que nossa taxa de crescimento econômico atingisse os 5%, conjugada com a alta de preços no mercado internacional de commodities, que alguns analistas atribuem à especulação das bolsas de mercadorias, para recrudescer a ameaça inflacionária.

O atual processo é diferente daquele de décadas passadas. Não se trata mais de inflação interna, agora é globalizada, mais difícil de administrar, porque os instrumentos tradicionais usados antes

podem não apresentar o efeito desejado. Para controlá-la, a elevação dos juros não impediria que os preços continuassem subindo lá fora, mesmo que a nossa demanda diminuísse.

Internamente, a capacidade produtiva brasileira é satisfatória, com a utilização da capacidade instalada dentro dos limites dos parâmetros normais. Preocupa o aumento da inflação de custo da produção.

É essencial, nesse contexto, a atuação do governo, reduzindo despesas públicas de custeio sem interromper investimentos, modernizando o modelo de gestão pública, cumprindo rigorosamente o orçamento, dentro da maior austeridade. Aprimorar a infra-estrutura é indispensável para compensar aumento de custos de matérias-primas, já que isso reduziria custos de logística, num País de extensão continental como o nosso.

No caso específico de Goiás, grandes commodities fazem com que produtos

imprescindíveis às suas indústrias, como soja, carnes e minerais, sejam cotados a preços internacionais, por sua demanda no mundo inteiro. Isso, naturalmente, tem conteúdo inflacionário, refletido pesadamente nos custos industriais.

Poder público e iniciativa privada estão, portanto, no dever de analisar com compreensão cada caso, para aplicação de políticas econômicas e tributárias capazes de possibilitar sobrevivência aos segmentos mais afetados. ■





CUSTOS

SALTO NOS CUSTOS

24 A indústria passa a enfrentar, daqui para frente, o desafio de administrar a elevação de seus custos, pressionados principalmente pela alta dos preços do ferro e aço, petróleo e grãos, numa fase de novo aperto monetário. O setor tenta preservar margens e vendas, ao mesmo tempo em que mantém investimentos na expansão da capacidade instalada, incluindo a construção de



EDUCAÇÃO INTEGRADA

16 Implantado há quatro meses pelo Sesi e Senai em Goiânia e Anápolis, o programa de educação profissional articulada com o ensino médio busca corrigir uma distorção no sistema convencional, oferecendo a oportunidade de formação de profissionais mais completos, segundo as exigências do mercado de trabalho



LAZER EM CALDAS

20 Com investimento inicial de R\$ 21 milhões, o Sesi Goiás, em parceria com a Confederação Nacional da Indústria (CNI) e Federação das Indústrias de Minas Gerais (Fiemg), prepara-se para instalar um complexo de lazer em Caldas Novas. O empreendimento ocupará uma área de 62 mil m², abrigando parque aquático completo, colônia de férias e hotel com 204 apartamentos

POLÍTICA INDUSTRIAL

33 Governo e iniciativa privada iniciam por Goiás as articulações para montagem de um plano de trabalho que deverá lançar as bases para a implantação efetiva do Programa de Desenvolvimento Produtivo (PDP), que prevê, entre outras metas, elevar a formação bruta de capital fixo para 21% do Produto Interno Bruto até 2010

ENTREVISTA

9 A inflação dos alimentos em todo o mundo e a disparada dos preços das commodities em geral significam riscos para a economia global, mas abrem também oportunidades para o Brasil, grande produtor de grãos, avalia Alexandre Mendonça de Barros



PRÊMIO À INOVAÇÃO

34 O lançamento, em junho, dos prêmios Finep e Goiás de Inovação faz parte da estratégia de incentivar uma cultura de investimentos em pesquisa e desenvolvimento no meio empresarial. Empresas goianas, como a Neokoros, especializada em sistemas biométricos de segurança, já se preparam para concorrer

LAJES COM QUALIDADE

40 Os primeiros selos, certificando as lajes pré-fabricadas produzidas pela indústria goiana de materiais de construção, deverão ser liberados entre o final deste e o começo do próximo, marcando a conclusão do Programa Goiano de Qualidade de Lajes (PGQL)



FORMANDO TALENTOS

38 O Ciclo 2008 do Programa Talentos-Desenvolvimento de Estagiários recebeu a adesão de 16 empresas, que colaboraram na definição da metodologia a ser aplicada na qualificação de 20 jovens selecionados para assumir posição de liderança e agregar valor ao negócio

índice

GOIASINDUSTRIAL



Direção

José Eduardo de Andrade Neto

Coordenação de jornalismo

Joelma Pinheiro

Edição

Lauro Veiga Filho

Subeditor

Dehovan Lima

Reportagem

Andelaide Pereira, Célia Oliveira,

Geraldo Neto, Débora Maria

Orsida, Divina Rosa,

Jávier Godinho

Colaboração

Wellington da Silva Vieira

Fotografia:

Sílvio Simões

Projeto gráfico

Wesley Cesar

Diagramação e produção

Clarim Comunicação e Marketing

Rua S-6 nº 129, Sala 01,

Setor Bela Vista

(62) 3242-9095

contato@clarimcomunica.com.br

Publicidade

ND Editora e Publicidade Ltda.

Rua 1034, nº 49, Setor Pedro

Ludovico, 74823-190 -

Goiania-GO

(62) 3255-6262

nd@ndeditora.com.br

Fotó e impressão

Gráfica Talento

As opiniões contidas em artigos assinados são de responsabilidade de seus autores e não refletem necessariamente a opinião da revista

Sistema FIEG

Federação das Indústrias do Estado de Goiás

Presidente

Paulo Afonso Ferreira

Av. Araguaia, nº 1.544, Ed. Albano Franco, Casa da Indústria - Vila Nova CEP 74645-070 - Goiânia-GO Fone (62) 3219-1300 Fax (62) 3229-2975

Home page:

www.sistemafieg.org.br

E-mail

fieg@sistemafieg.org.br

NÚCLEO REGIONAL DA FIEG EM ANÁPOLIS

Presidente:

Waldyr O'Dwyer

Av. Engº Roberto Mange, nº 239-A, Bairro Jundiá, CEP 75113-630, Anápolis-GO Fone/Fax (62) 3324-5768/3311-5565

E-mail:

nureaps@sistemafieg.org.br

SESI

Serviço Social da Indústria

Diretor Regional:

Paulo Afonso Ferreira

Superintendente:

Paulo Vargas

Instituto Euvaldo Lodi

Diretor Regional:

Dan Viana

Superintendente:

Paulo Galeno Paranhos

SENAI

Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial

Diretor Regional:

Paulo Vargas

ICQ BRASIL

Instituto de Certificação Qualidade Brasil

Diretor Regional:

Dan iel Viana

Superintendente:

Paulo Galeno Paranhos

Diretoria da FIEG

Presidente

Paulo Afonso Ferreira

1º vice-presidente

Pedro Alves de Oliveira

2º vice-presidente

Wilson de Oliveira

3º vice-presidente

Ivan da Glória Teixeira

1º secretário

Hélio Naves

2º secretário

Luiz Gonzaga de Almeida

1º tesoureiro

Domingos Sávio Gomes de Oliveira

2º tesoureiro

Antônio de Sousa Almeida

Diretores

César Helou

Segundo Braoios Martinez

Ubiratan da Silva Lopes

Marley Antônio da Rocha

Joviano Teixeira Jardim

Frederico Martins Evangelista

Jorge Luiz Biasuz Meister

Aluísio Quintanilha de Barros

João Essado

Flávio Paiva Ferrari

Eduardo Cunha Zuppani

Laerte Simão

Luiz Antônio Vessani

José Vieira Gomide Júnior

Carlos Alberto Vieira Soares

Fábio Rassi

Sávio Cruvinel Câmara

Elton Teles de Campos

José Luiz Martin Abuli

Eurípedes Felizardo Nunes

Aldrovando D. de Castro Júnior

José Magno Pato

Roberto Guimarães Mendes

Raimundo Viana Dutra

Carlos Alberto Diniz

Humberto Rodrigues de oliveira

Mário Renato G. de Azeredo

Conselho Fiscal

Waldyr O'Dwyer

Daniel Viana

Heno Jácomo Perillo

Conselho de representantes junto à CNI

Paulo Afonso Ferreira

Sandro Antônio Scodro Mabel

Conselho de

representantes junto à Fieg

Abílio Pereira Soares Júnior

Álvaro Otávio Dantas Maia

Anísio Queiroz de Carvalho Jr.

Antônio Clóvis Carneiro

Carlos Alberto Diniz

Carlos Alberto Vieira Soares

Carlos José de Moura Júnior

Carlos Queiroz de Paula e Silva

Carlos Roberto de Araújo

Carlos Roberto Viana

César Helou

Cyro Miranda Gifford Júnior

Dan Viana

Domingos Sávio G. de Oliveira

Domingos Vilefort Orzil

Eduardo Cunha Zuppani

Eduardo Gonçalves

Elton de Teles Campos

Emílio Carlos Bittar

Eurípedes Felizardo Nunes

Fábio Rassi

Flávio Paiva Ferrari

Francisco Gonzaga Pontes

Francisco de Paula e Silva

Frederico Martins Evangelista

Henrique Wilhem Morg de Andrade

Heno Jácomo Perillo

Jaime Canedo

Jair Rizzi

João Essado

Joaquim Cordeiro de Lima

Jorcelino José Nunes Neto

Jorge Luiz Biasuz Meister

José Antônio Vitti

José Divino Arruda

José Francisco de Souza

José Luiz Martin Abuli

José Magno Pato

José Romoaldo Maranhão Neto

José Vieira Gomide Júnior

Laerte Simão

Leonardo Jayme de Arimatéa

Leopoldo Moreira Neto

Luiz Antônio Vessani

Luiz Gonzaga de Almeida

Luiz Rézio

Manoel Paulino Barbosa

Mário Drummond Diniz

Marley Antônio Rocha

Mário Renato Guimarães Azeredo

Nelson Pereira dos Reis

Onofre Andrade Pereira

Orizomar Araújo de Siqueira

Paulo Afonso Ferreira

Pedro Alves de Oliveira

Pedro de Souza Cunha Júnior

Roberto Elias de Lima Fernandes

Rubens Luiz Bernardes

Sandro Antônio Scodro Mabel

Sávio Cruvinel Câmara

Sebastião Elias Barbosa

Segundo Braoios Martinez

Ubiratan da Silva Lopes

Valdenício Rodrigues de Andrade

Wellington Soares Carrijo

Wilson de Oliveira

Conselhos Temáticos

Desenvolvimento

Tecnológico e Inovação

Presidente

Ivan da Glória Teixeira

Vice-Presidente

Melchíades da Cunha Neto

Conselho Temático

de Meio Ambiente

Presidente

Henrique W. Morg de Andrade

Vice-Presidente

Domingos Sávio Gomes de Oliveira

Conselho Temático

de Infra-Estrutura

Presidente

José Rodrigues Peixoto Neto

Vice-Presidente

Roberto Elias de Lima Fernandes

Conselho Temático de Política

Econômica

Presidente

Beyle de Abreu Freitas

Conselho Temático de Relações do

Trabalho

Presidente

Hélio Naves

Vice-Presidente

Orizomar Araújo de Siqueira

Conselho Temático de Micro e

Pequena Empresa

Presidente

Humberto Rodrigues de Oliveira

Vice-Presidente

Carlos Alberto Vieira Soares

Conselho Temático de

Responsabilidade Social

Presidente

Antônio de Souza Almeida

Vice-Presidente

Melchíades da Cunha Neto

Conselho Temático de

Agronegócio

Presidente

Rodrigo Penna de Siqueira

Vice-Presidente

Segundo Braoios Martinez

Conselho Temático de Comércio

Externo e Negócios Internacionais

Presidente

Ronaldo Jair Sales

Vice-Presidente

Alberto Borges

Conselho Temático Fieg Jovem

Presidente

Alexandre Costa

Vice-Presidente

Marduk Duarte

Rede Metrológica Goiás

Presidente

Heribaldo Egídio

Sindicatos com sede na Federação das Indústrias do Estado de Goiás - FIEG

Av. Anhanguera, nº 5.440, Edifício José Aquino Porto, Palácio da Indústria, Centro, Goiânia-GO, CEP 74043-010

SIAEG

Sindicato das Indústrias de Alimentação no Estado de Goiás
Presidente: Sandro Antônio Scodro Mabel
Fone (62) 3224-4253 / Fax 3224-9226 - siaeg@terra.com.br

SIEEG

Sindicato das Indústrias Extrativas do Estado de Goiás e do Distrito Federal
Presidente: Nelson Pereira dos Reis
Fone (62) 3212-6092/Fax 3212-6092
sieeg@sistemafieg.org.br

SIGEGO

Sindicato das Indústrias Gráficas no Estado de Goiás
Presidente: Antônio de Sousa Almeida
Fone (62) 3223-6515/Fax 3223-1062
sigego@sistemafieg.org.br

SIMAGRAN

Sindicato das Indústrias de Rochas Ornamentais do Estado de Goiás
Presidente: Carlos Queiroz de Paula e Silva
Fone/Fax (62) 3223-6667

SINCAFÉ

Sindicato das Indústrias de Torrefação e Moagem de Café no Estado de Goiás
Presidente: Sávio Cruvinel Câmara
Fone (62) 3212-7473/Fax 3212-5249
sincafe@sistemafieg.org.br

Outros endereços

SIAGO

Sindicato das Indústrias do Arroz no Estado de Goiás
Presidente: Pedro Alves de Oliveira
Rua T-45, nº 60 - Setor Bueno - CEP 74210-160 - Goiânia - GO
Fone/Fax (62) 3251-3691 - siago@cultura.com.br

SIFAÇÚCAR

Sindicato da Indústria de Fabricação de Açúcar no Estado de Goiás
Presidente: Segundo Braoios Martinez
Presidente-Executivo: André Luiz Baptista Lins Rocha
Rua C-236, nº 44 - Jardim América - CEP 74290-130 - Goiânia

A revolução no mercado de alimentos

■ Lauro Veiga Filho

Engenheiro agrônomo e doutor em Economia Aplicada pela Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz da Universidade de São Paulo (Esalq/USP), Alexandre Lahoz Mendonça de Barros analisa a disparada recente dos preços dos alimentos no mundo, os riscos e as oportunidades que essa revolução no mercado mundial oferece ao Brasil e, em particular, a Goiás. Mendonça de Barros foi o convidado do Conselho Temático de Agronegócios da Federação das Indústrias do Estado de Goiás (Fieg) para falar sobre cenários para o setor em 2008.

Goiás Industrial – O que há por trás da disparada recente dos preços dos alimentos em todo o mundo?

Alexandre Lahoz Mendonça de Barros – Hoje, o mundo está oferecendo ao Brasil uma gigantesca oportunidade – e seguramente o Estado de Goiás vai se beneficiar desse momento extraordinário. Todos se perguntam sobre que destino terão os preços dos alimentos no mundo e sobre o que é esse barulho todo que estamos enfrentando. O mundo vivencia uma transformação econômica e não conseguimos entender a extensão desse fenômeno, que é o crescimento do Ásia. Isso já vinha perturbando os mercados agrícolas há muito tempo. Foi uma mudança silenciosa, no sentido de que o crescimento econômico vai transformando aos poucos a sociedade. Mas estamos falando de um pedaço do mundo que vai concentrar, em 2020, cerca de 4,5 bilhões de habitantes. O grosso da população mundial vai estar na Ásia. Esse continente vem crescendo a



“Tem ocorrido uma migração do mundo rural para os centros urbanos numa velocidade nunca antes vista pela humanidade. Não é querer forçar as coisas, mas é um fato. Estamos falando de 1 bilhão de pessoas”

taxas absurdas. Vemos a China crescendo 10% ao ano há três décadas. A Índia começou um crescimento de 9% ao ano. Ou seja, é uma sociedade que começou a ter renda para consumir todo e qualquer tipo de produto. Tem ocorrido uma migração do mundo rural para os centros urbanos numa velocidade nunca antes vista pela humanidade. Não é querer forçar as coisas, mas é um fato. Estamos falando de 1 bilhão de pessoas. A população da Índia vai se estabilizar com 1,5 bilhão de habitantes. A população chinesa, com 1,4 bilhão de pessoas. O grosso dessa população vive no mundo rural, sob condições muito precárias, e está migrando para o mundo urbano.

Goiás Industrial – Mas isso não aconteceu de um momento para outro.

Mendonça de Barros – Isso já vinha perturbando os mercados agrícolas. Os estoques agrícolas no mundo todo já vinham cedendo. O segundo ponto que precisamos ter



presente é que a política agrícola americana mudou muito desde os anos 90. Essa também foi uma transformação na forma como o mundo opera a agricultura. Por quê? Porque no passado a política agrícola americana “carregava” muito estoque. Qual era o princípio? Se os preços agrícolas caíssem muito, o Estado entrava comprando. O governo americano sempre fixou um “preço-meta”. Se o preço viesse abaixo do “preço-meta”, o governo entrava no mercado, comprava a produção e carregava os estoques. Na reforma do Farm Bill, houve uma mudança muito forte.

Goiás Industrial – Em que sentido?

Mendonça de Barros – O governo continuou fixando os preços-meta, mas em outro sistema. Se o preço de mercado ficasse abaixo da meta, o governo simplesmente pagava ao agricultor a diferença entre o preço-meta e o preço de mercado. O que aconteceu? Os estoques deixaram de ser carregados pelo governo americano e passaram a ser carregados pelo setor privado. As grandes tradings, que também operam aqui no Brasil, estamos falando de Bunge, Cargill, ADM, Coinbra, Dreyfus, todos esses grandes grupos, quando se viram nessa situação, de ter eles de carregar estoques que antes o Estado carregava, tomaram uma decisão muito inteligente que era fazer o quê? Temos dois hemisférios no mundo. A safra de um é a entressafra do outro. O que vou fazer? Ao invés de carregar um estoque gigante aqui nos Estados Unidos, vou lá no Brasil em setembro, quando os americanos estiverem colhendo sua safra, para comprar dos brasileiros a soja que vai

ser colhida em março. Vimos o Brasil sendo assediado por essas grandes multinacionais e viramos parte da oferta global de alimentos.

Goiás Industrial – Quais os principais reflexos dessa mudança para a economia global?

Mendonça de Barros – A consequência econômica relevante disso é que os estoques mundiais caíram muito, porque o mundo começou a operar, para usar uma linguagem da indústria, sob um modelo de just in time. Na sequência, há o forte crescimento da Ásia, de um lado, e o surgimento de um fenômeno novo que é a bioenergia, que tomou uma aceleração muito forte em 2006 e 2007 nos Estados Unidos – quer dizer, os americanos que esmagavam, cinco anos atrás, 20 milhões de toneladas de milho pularam para 80 milhões de toneladas e falam que agora vão esmagar 100 milhões de toneladas de milho. É evidente que isso perturbou completamente a demanda no mundo. Quer dizer, criou-se uma nova demanda. Entram os programas de biodiesel. A Europa constrói uma capacidade instalada de 10 bilhões de litros de biodiesel. A Ásia começa a se engajar em projetos de biodiesel. A demanda de óleo vegetal explode. Ou seja, surge uma nova demanda gigante por agroenergia, além da Ásia.

Goiás Industrial – Mas há consequências negativas para o Brasil também.

Mendonça de Barros – Acho que nós, brasileiros, não sentimos tanto os efeitos porque somos grandes exportadores de alimentos, porque o real não pára de se valorizar. Não estamos sentindo a dimensão do pro-

blema que outras nações estão sentindo. Cito alguns exemplos: China. A inflação dos alimentos na China no ano passado foi de 24%. Imagine um aumento de 24% no preço médio dos alimentos em um país ainda com muita gente pobre. O poder de compra dos salários simplesmente despenca. O preço de suínos na China, que produz e consome metade da carne suína do mundo, subiu 63% no ano passado. O mundo produz 95 milhões de toneladas de carne suína e a China sozinha responde por 55 milhões de toneladas. Você está criando um problema chamado, em inglês, de “agrinflation” – inflação agrícola –, que é um fenômeno que não víamos há muitos anos. Os preços agrícolas, nos últimos 30 anos, só fizeram cair.

Goiás Industrial – No lado da oferta, a produção contribuiu para puxar os preços?

Mendonça de Barros – Os chineses iniciaram uma revolução agrícola nos anos 70. Em 1978, mudou completamente a política agrícola chinesa, estimulando a produção, acabando com as propriedades coletivas, indo para propriedades privadas, pagando prêmios de produtividade. A produção chinesa e na Ásia como um todo disparou. O problema é que o consumo cresceu muito. O consumo de biocombustíveis cresceu muito. Estamos diante de uma situação histórica muito estranha. Não tivemos nenhuma grande quebra de safra – isto é que é muito importante termos presente. Os Estados Unidos têm safras muito boas há cinco anos, a China tem safras muito boas há cinco anos. A despeito de não termos grandes quebras de safra, estamos com os preços mais altos da história, dos últimos 30 anos, em quase todas as commodities. Sobe o preço do milho, sobe da soja, como consequência, e a alta desses dois grãos eleva os preços da proteína animal, do leite, do frango, suíno, todos os mercados sobem de preço.



“A CONSEQÜÊNCIA ECONÔMICA RELEVANTE DISSO É QUE OS ESTOQUES MUNDIAIS CAÍRAM MUITO, PORQUE O MUNDO COMEÇOU A OPERAR, PARA USAR UMA LINGUAGEM DA INDÚSTRIA, SOB UM MODELO DE JUST IN TIME.”

Goiás Industrial – É possível dimensionar a “responsabilidade” dos Estados Unidos, com sua política de subsídios ao biocombustível produzido a partir de milho, nesse aumento recente da demanda mundial?

Mendonça de Barros – É muito difícil separar uma coisa da outra. Não tenho a menor dúvida de que (a política de produção de biocombustível dos EUA) teve um efeito relevante. Por que o milho é tão importante nos Estados Unidos? A produção mundial de milho é de 740 milhões de toneladas, é o grão mais produzido no mundo, até mais do que o trigo. Daquele volume, os EUA respondem por 340 milhões de toneladas. O segundo maior produtor é a China, com 140 milhões de toneladas, e o terceiro somos nós, com pouco mais de 50 milhões de toneladas.

Para falar em milho, portanto, é preciso falar dos EUA. Imaginamos que quase um terço da produção americana, perto de 100 milhões de toneladas, segundo projeto do governo americano, quase 15% da oferta mundial, seriam destinados aos biocombustíveis. Obviamente, a área destinada ao plantio de milho cresce, aperta a área de algodão, de soja e se cria essa dinâmica toda. De fato, isso tem uma consequência para os preços que é muito difícil precisar, até porque há um outro fenômeno recente, ao qual devemos ficar muito atentos, que é a crise financeira nos Estados Unidos.

Goiás Industrial – Como essa crise afeta os mercados agrícolas?

Mendonça de Barros – Isso trouxe muito fundo de investimento para aplicar em commodities, o que tem distorcido um

pouco os preços. Temos visto boons de preços que se descolam um pouco da realidade e ajudam a inflar os preços das commodities. Estamos vendo isso um pouco no mercado do petróleo hoje também. A desconfiança no sistema financeiro americano faz com que o capital se sinta atraído a buscar bens reais, ou seja, commodities.

Goiás Industrial – É possível ter uma idéia de quanto cresceu a posição dos fundos em commodities?

Mendonça de Barros – Cresceu umas 20 vezes nos últimos três anos, dependendo de produto para produto. Em valores, seria difícil dimensionar, mas houve um crescimento expressivo. Isso também distorce o mercado e traz várias consequências para o Brasil.

Goiás Industrial – Quais são essas consequências?

Mendonça de Barros – A mais importante, na minha visão, são as oportunidades de exportação que o Brasil passa a ter. É brutal. A demanda cresceu de forma gigantesca e também as oportunidades. Vamos tomar o caso do arroz como exemplo. Noventa por cento da produção e do consumo mundiais são feitos na Ásia. Nosso produto não é um arroz que os asiáticos gostam. Mas o que se percebe é que começou a faltar produção de arroz. Os países exportadores começaram a bloquear as exportações para segurar o produto no mercado doméstico. Os preços triplicam em dois meses no mercado internacional, abrindo oportunidade para o Brasil exportar. O governo brasileiro suspendeu temporariamente os embarques de arroz, no que seria uma excelente oportu-

tidade do produtor de arroz recuperar renda depois de quatro anos muito difíceis. Nós, que temos uma agricultura exportadora, temos uma gigantesca oportunidade, que o mundo está nos dando.

Goiás Industrial – Mas não há gargalos para que o País possa tirar proveito, plenamente, dessa oportunidade?

Mendonça de Barros – Temos enormes desafios pela frente. Temos um desafio de logística, que conhecemos muito bem; temos a questão sanitária. O Brasil tem de realizar melhorias na área de sanidade para alcançar esses mercados agrícolas. Há uma demanda crescente por frango, por exemplo, e um problema gigante de gripe aviária na Ásia. O Brasil, que não tem a doença, tem a oportunidade de realizar exportações recordes de frango. Temos oportunidades semelhantes no mercado de suínos, setor que enfrenta um problema sério com a doença da orelha azul na China. Estamos limitados por questões relacionadas à aftosa e outros problemas sanitários. Olhando o quadro brasileiro e observando seu potencial, é difícil imaginar um conjunto de oportunidades tão grandes que o mundo está nos oferecendo. Há escassez de terras e água no mundo e temos isso para ofertar ao mundo.

Goiás Industrial – Problemas ambientais não são outro obstáculo concreto para o País no mercado mundial?

Mendonça de Barros – Temos de enfrentar a questão ambiental. O Brasil está engessado, nem começou a andar. Estamos sendo vistos como plantadores de cana na Amazônia, coisa que não existe. Está-se criando um grande barulho em torno do etanol, que é uma indústria que vem crescendo em Goiás, que tem e terá uma importância no Estado cada vez maior. Precisamos dizer ao mundo que nosso álcool é diferente do etanol de

milho, porque senão vamos cair na mesma armadilha. Estamos ocupando áreas de pastagens, aumentando a produtividade das áreas de pastagem e temos muito o que andar. Somos um País ainda muito pequeno. Minha sensação é de que estamos nos acostumando com uma visão de mundo que é pequena. Os Estados Unidos plantam três vezes a área cultivada no Brasil; a China planta duas vezes e meia a mais. Produzem quatro vezes o que produzimos e temos condições de produzir a mesma coisa que eles. Quando olho para a agricultura brasileira, vejo que ela está começando a crescer. O que chama a atenção é que a área de soja plantada no Brasil caiu. A área de cana cresceu um milhão de hectares e temos 200 milhões de hectares de pasto – e parece que o Brasil está virando um canavial.

Goiás Industrial – Há muita restrição contra a agricultura brasileira lá fora, com barreiras e protecionismo comercial, o que também impede o crescimento.

Mendonça de Barros – Exatamente. O mundo coloca ao Brasil uma série de restrições. Temos de estar muito seguros de nossa posição para conseguir brigar e conseguir abrir mercados. Vamos ver uma onda protecionista nos mercados agrícolas. Os países vão proibir as exportações, mas vão querer importar para resolver o problema do abastecimento. É o momento de nos engajarmos nisso, assumir um discurso coerente, condizente e compatível com nosso crescimento. O mundo vai criar barreiras.

Goiás Industrial – Até que ponto o fato de o Brasil ter embarcado nessa associação com grupos americanos pode ter “contaminado” o debate mundial? Haveria a necessidade de o Brasil “descolar-se” dos Estados Unidos na questão do etanol?

Mendonça de Barros – É uma questão

“Tem ocorrido uma migração do mundo rural para os centros urbanos numa velocidade nunca antes vista pela humanidade. Não é querer forçar as coisas, mas é um fato. Estamos falando de 1 bilhão de pessoas.”

complicada. Brasil e Estados Unidos são os dois únicos grandes produtores de etanol no mundo. Para nós, acho que também é importante que existam outros produtores para que o mundo se engaje num programa de álcool. Os americanos vão para o álcool de celulose. O projeto americano de álcool é usar subprodutos, resíduos, casca de madeira, palha, qualquer biomassa que possa ser convertida em etanol. Portanto, é um programa louvável nessa direção. Estamos com problemas, sim, de abastecimento, hoje, mas também temos de dar dimensão a isso. Quer dizer, o Brasil teria condições de ofertar o que o mundo está pedindo de grãos, não tenho a menor dúvida disso. A África, no devido prazo, também tem condições de ofertar. O que é curioso, no caso brasileiro, é que estamos com os preços mais altos da história e a área plantada não cresce e estamos com os preços mais altos da história. A que se deve isso? Isso se deve à péssima logística que nós temos, que tira do produtor um pedaço da renda, encarecendo o produto. Isso se deve ao preço do fertilizante, que subiu enormemente no mundo inteiro, porque a demanda cresceu extraordinariamente. O mundo não investiu em novas minas, em capacidade de produção, e isso vai ser corrigido apenas com o tempo. E se deve a um real que se valoriza.

Goiás Industrial – Há uma lógica macroeconômica perversa aí?

Mendonça de Barros – Veja como é curiosa a ligação com a macroeconomia. A inflação começa a ameaçar aqui no Brasil, o

Banco Central sobe a taxas de juros, isso atrai capitais estrangeiros, o que causa a valorização do real. Por isso, as commodities sobem em dólar, mas não se percebe seu aumento em reais, o que faz com que o produtor brasileiro não reaja à alta no mercado internacional. Com isso, verifica-se uma coisa curiosa: os dois grandes potenciais ofertadores de alimentos na América Latina, Brasil e Argentina, por razões distintas, deixam de ampliar a oferta mundial.

Goiás Industrial – Como deve ser formulado o discurso, lá fora, em relação ao etanol?

Mendonça de Barros – Precisamos mostrar que a cana não é produzida na Amazônia. A cana é produzida em São Paulo, em Goiás, em Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Pernambuco. Precisamos mostrar que o grosso da expansão da cana-de-açúcar, e estamos falando de 1 milhão, 2 milhões de hectares a mais, ocorre em cima de área de pastos. É preciso dizer, ainda, que nas áreas de reforma da cana pode-se plantar grãos. Ou seja, se a cana cresce em área de pastagens, 20% dessa área pode receber grãos com risco muito menor. Há muitas áreas no Brasil que não oferecem segurança em termos de plantio. Será preciso mostrar que o balanço de carbono do álcool brasileiro é positivo. Para cada unidade de carbono que gasto, gero oito unidades. O etanol brasileiro vem de 3,5 milhões de hectares. Os outros 3 milhões (de hectares) são dedicados a açúcar. Quer dizer, o País, com 5 a 6 milhões de hectares, toca toda sua frota de veículos. ■

ENCONTRO PELAS ÁGUAS

Debate sobre outorga e cobrança pelo uso de recursos hídricos domina reunião em Goiânia

A demanda, identificada pelo Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram), surgiu entre empresários e porta-vozes do setor privado. A partir daí, o instituto, em parceria com a Federação das Indústrias do Estado de Goiás (Fieg) e Agência Nacional de Águas (ANA), decidiu dar forma concreta ao Encontro Empresarial pelas Águas em Goiás, realizado no dia 3 de julho, na Casa da Indústria (foto).

"O Ibram mantém desde 2000 um programa especial de recursos hídricos, que busca capacitar seus associados a adotar as melhores práticas no manejo de recursos hídricos e em políticas públicas aplicadas ao setor", afirma Cláudia Salles, gerente de Assuntos Ambientais do Ibram. No curso desse programa, a consultora Patrícia Boson identificou que o próprio setor empresarial goiano tinha interesse em discutir o assunto e sanar dúvidas, sobretudo em relação à questão do processo de outorga e cobrança pelo uso de recursos hídricos.

O tema, que tem causado polêmica desde que foi assinada a chamada Lei das Águas (Lei 9.433), em 1997, é considerado, até hoje, como um dos gargalos na gestão de aquíferos e mananciais. "Os empresários demonstraram interesse em saber, afinal de contas, quem responde pelo processo de outorga em cada região e como esse processo se dá na prática", aponta a gerente do Ibram.

Por isso, todo o encontro foi estruturado para contemplar essa discussão, inserida na política nacional de recursos hídricos, in-

cluindo ainda as melhores técnicas de gestão, a experiência de algumas empresas na área e a questão da constituição e operação de comitês de bacia.

Os trabalhos do encontro foram abertos pelos presidentes do Ibram, Paulo Camillo Vargas Penna, da ANA, José Machado, e da Fieg, Paulo Afonso Ferreira. Durante o evento, Machado descreveu a atuação da ANA em Goiás. O secretário estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos, José de Paula Moraes Filho, falou sobre a política estadual de recursos hídricos. O superintendente de Biodiversidades e Florestas, Emiliano Lobo de Godoi, explicou como se integram, no Estado, os sistemas de gestão ambiental e das fontes de água.

Patrícia Boson, que também coordena o Programa Especial de Recursos Hídricos do Ibram, apresentou aos empresários os fundamentos da política nacional definida para o setor. O restante da programação foi dedicado às discussões em relação aos comitês das bacias dos rios Paranaíba e Alto Tocantins.

No fim do encontro, o Ibram e a ANA promoveram o lançamento em Goiás do livro *A Gestão de Recursos Hídricos e a Mineração*, editado em 2006. Com depoimentos de 40 especialistas do setor mineral, a publicação apresenta soluções desenvolvidas por mineradoras para manejo das águas e questiona premissas tidas como equivocadas no tratamento de impactos ambientais da atividade mineradora.



Um caminho para a China

Ex-colônia portuguesa, reintegrada à China em 1999, Macau pretende se transformar na principal plataforma chinesa para comércio e investimentos de nações de língua portuguesa, atraindo negócios e empresas, inclusive de Goiás. Uma delegação chefiada por Anselmo Teng, presidente do Conselho de Administração da AMCM – a autoridade monetária de Macau, formada por 25 executivos de bancos e seguradoras da região – foi recebida no final de maio pela direção da Federação das Indústrias do Estado de Goiás (Fieg).

O encontro empresarial, promovido pela Fieg, Associação Pró-Desenvolvimento Industrial de Goiás (Adial) e pela empresa

Macau pode se transformar em uma das portas de entrada de produtos e empresas de Goiás no vigoroso mercado chinês

Enecol Engenharia e Eletricidade, não tinha como objetivo a realização de negócios, mas conhecer as potencialidades do Estado. “Nossa intenção é mostrar que Goiás é um Estado dinâmico e pujante, que pode ser destino para investimentos chineses”, afirma o gerente do Centro Internacional de Negócios da Fieg, Plínio César Lucas Viana.

Depois de conhecerem o Distrito Agroindustrial de Anápolis (Daia), onde visi-

taram a unidade de produção de biodiesel da Granol, os chineses assistiram a uma apresentação sobre a economia goiana, com informações a respeito do setor mineral, da agropecuária, biocombustíveis, couros e indústria automotiva. A delegação demonstrou interesse em conhecer a política de atração de investimentos do governo estadual e os benefícios fiscais que o Estado assegura a investidores, sobretudo estrangeiros.

Além do vice-presidente da Fieg, Pedro Alves de Oliveira, participaram da reunião empresários ligados ao processamento de soja, cana-de-açúcar, minérios, representantes da construção civil e da indústria de medicamentos.

/// Troca de cartões: empresários goianos e chineses travam primeiros contatos durante encontro na Casa da Indústria



Servbon aprimora sistema de gestão de sua cadeia de frios e prepara-se para monitorar por satélite a temperatura de seus caminhões



No final da primeira quinzena de abril, o ICQ Brasil concluiu a auditoria de manutenção na Servbon, segundo o sistema de normas estabelecidas pela ISO 9001:2000. Reafirmada a certificação, a distribuidora de sorvetes Kibon, marca sob domínio da multinacional Unilever, planeja incrementar o sofisticado sistema de gestão de sua cadeia de frios, aprimorando o monitoramento de sua frota. A Servbon, no ramo há 32 anos, pretende fazer a leitura da temperatura de seus nove caminhões via satélite, onde quer que eles estejam.

O sistema está em fase de testes, de acordo com Maiza Alessandra Gonçalves Caldo, representante da direção da empresa e responsável pelo sistema de gestão da qualidade, e ainda não há um prazo para que entre em operação efetiva. O programa para rastreamento e leitura de temperatura dos caminhões por satélite está sendo desenvolvido por uma empresa goiana - a Teia Tecnologia, dona do sistema Teia RAS para controle lo-

gístico de frotas. Os veículos, na verdade, já são gerenciados via satélite, mas o sistema adotado permite apenas identificar sua localização precisa.

No negócio da Servbon, o controle da cadeia de frios, lembra Maiza, é o item mais importante, já que a empresa lida com cargas altamente perecíveis e que não suportam temperaturas muito elevadas. Isso exige investimentos em tecnologia da informação e muito planejamento. “Os produtos devem ser retirados das câmaras frias na quantidade e na temperatura exatas para entrega ao cliente, sem deterioração da mercadoria”, afirma Maiza.

O monitoramento começa a ser feito desde a chegada dos caminhões da fábrica, quando é verificado se a temperatura mantém-se no máximo a 18 graus negativos. Se os termômetros acusam alguma coisa acima disso, a Unilever é informada e envia um técnico para avaliar o produto, que só então é liberado para consumo.

Dentro da câmara, a temperatura é anotada três vezes durante o dia e de hora em hora entre 18 e 7 horas. O sistema permite que a Servbon monitore on-line o desempenho das vendas por bairro, região, ramo de atividade e cliente, estabelecendo o perfil de cada um e a necessidade de reposição.

/// Maiza Gonçalves Caldo: sistema em desenvolvimento deverá monitorar temperatura dos caminhões via satélite





/// Alunos do ensino articulado do Senai Anápolis: treinamento intensivo e formação diversificada



/// Anderson Júnior: "Vamos poder conhecer de perto o funcionamento do processo produtivo"



/// Integração: cursos poderão abrir novas oportunidades em todas as áreas

/// Luisa Gonçalves, aluna do curso técnico em eletrotécnica: "Programação abrangente e diversificada dará diferencial para concorrer a uma vaga"



Caminho mais curto para o emprego

Educação profissional integrada com ensino médio oferece formação mais completa para quem pretende disputar um lugar no mercado de trabalho

■ Andelaide Pereira

A pesquisa Indicadores Industriais, realizada mensalmente em Goiás pela Federação das Indústrias do Estado, mostra crescente expansão do segmento produtivo em 2008. O aquecimento reflete no número de empregos, que em abril registrou aumento de 6,79% em relação ao mesmo período de 2007. Em meio ao bom momento econômico, a falta de mão-de-obra qualificada ainda deixa vagas ociosas para cargos que requerem maior aprimoramento técnico. Implantada há quatro meses pelo Sesi e Senai em Goiânia e Anápolis, a educação profissional articulada com o ensino médio busca reverter esse quadro oferecendo formação mais completa e diversificada de acordo com o perfil exigido pelo atual mercado de trabalho.

"Acredito que, com esse novo produto, estamos contribuindo com as empresas ao direcionar, desde cedo, a capacitação de jovens para o emprego. Algumas indústrias em Anápolis, como a Gravia e a Isoeste, mostraram interesse em formar turmas fechadas com filhos de funcionários,

porque viram também em nossa proposta a preocupação com a formação cidadã, ética e disciplinar", diz Francisco Carlos Costa, diretor da Faculdade de Tecnologia Senai Roberto Mange, unidade que oferece cursos articulados em parceria com o Sesi Jundiá, em Anápolis.

AValiação POSITIVA

Experiência malsucedida na rede pública de ensino na década de 70, a educação integrada realizada pelo Sesi e Senai em Goiás pode servir de modelo para outros regionais do País, segundo avaliação feita pela gerente de Projetos do Sesi Nacional, Eliane Martins. Ela veio a Goiânia em maio, acompanhada de uma comitiva da área de educação do Sesi Nacional, para conhecer de perto o modelo de projeto pedagógico integrado do regional goiano. Para Eliane, o projeto apresenta vários elementos significativos e representativos sob o ponto de vista pedagógico, com possibilidades de criação de um currículo focado no desenvolvimento de competências e habilidades.

De olho no mercado

Apesar da pouca idade, Luisa Gonçalves, de 15 anos, mostra determinação em suas escolhas. Ela optou por fazer o curso técnico integrado em eletrotécnica por acreditar que terá maiores chances de ingresso no mercado de trabalho, mesmo em uma área ainda dominada por homens. "A programação é abrangente e diversificada, o que me dará um diferencial competitivo quando for concorrer a uma vaga de emprego", planeja.

Aluno do técnico em eletromecânica, Paulo Henrique, de 19 anos, também sonha com sua carreira profissional. "Temos ótimos professores e um ensino de alta qualidade. Com isso fica mais fácil enfrentar o mercado". Colega de curso de Paulo, Anderson Júnior acha que o estágio, incluso na programação a partir do próximo semestre, irá permitir maior aproximação com a realidade das empresas.

Baseada nas diretrizes estratégicas do

Programa Educação para a Nova Indústria - conjunto de ações lançado em 2007 pela CNI para ampliar a oferta de formação de recursos humanos -, a articulação entre a educação profissional e o ensino médio do Sesi e Senai em Goiás contabiliza balanço positivo em seus quatro meses de realização. Os bons resultados abrem perspectivas para criação de mais 300 vagas em novos cursos integrados, que deverão ser implantados em Goiânia, Anápolis e Minaçu em 2009.

Para o gerente do Sesi Jundiá, Darlan Neiva, o sucesso se deve à escolha acertada na formação de profissionais em áreas que o mercado mais carece de mão-de-obra qualificada. "Este ano, vamos divulgar a programação nas empresas e entre os alunos do 9º ano do ensino fundamental do Sesi seis meses antes da abertura das inscrições", conta.

Coordenadora pedagógica do Sesi Jundiá, Marciana Neves revela que a fase de estruturação foi um desafio árduo, superado com muito trabalho e persistência de toda equipe envolvida no processo. "Hoje, colhemos os frutos com um projeto pedagógico interdisciplinar".

CURSOS ARTICULADOS

São realizados na modalidade de ensino integrado os seguintes cursos:

ESCOLA SENAI VILA CANAÃ (GOIÂNIA)

- /// Técnico em Alimentos
- /// Técnico em Automotivística
- /// Técnico em Artes Gráficas

FACULDADE DE TECNOLOGIA SENAI ROBERTO MANGE (ANÁPOLIS)

- /// Técnico em Eletrotécnica
- /// Técnico em Química Industrial
- /// Técnico em Eletromecânica

É BOM E É DE GRAÇA

Parceria entre Senai, FAT e Tesouro Estadual leva formação profissional gratuita a 22 cidades goianas, beneficiando 1,089 mil pessoas

O mercado de trabalho está cada dia mais exigente, até mesmo em áreas tradicionais em que antes atividades eram aprendidas na prática do dia-a-dia, como construção civil, restaurantes, açougues, padarias, entre outros, que passaram a selecionar profissionais com conhecimentos mais específicos e aprimorados. Com o objetivo de contribuir para a inserção e manutenção do trabalhador no mercado de trabalho, bem como com o aumento da qualidade dos produtos e serviços, o Senai realizou de março a abril uma série de cursos gratuitos de qualificação profissional em diversas áreas, com utilização de recursos do Fundo de Amparo do Trabalhador (FAT) e Tesouro Estadual. Ao todo foram beneficiadas 1.089 pessoas em 22 municípios goianos.

As ações foram desenvolvidas por meio de convênio entre o Ministério do Trabalho e Emprego e o governo estadual, representado pela Secretaria de Estado do Trabalho, dentro do Plano Nacional de Qualificação (PNQ) e do Plano Territorial de Qualificação (Planteq). Os recursos foram da ordem de R\$ 568,147 mil, provenientes do FAT e do Tesouro Estadual, referentes ao exercício de 2007, e tiveram contrapartida do Senai.

Os cursos foram realizados em áreas definidas de acordo com as demandas apresentadas em cada cidade, levantadas pelos órgãos do governo estadual e dos próprios municípios. A Coordenação de Projetos Especiais do Senai Goiás foi a responsável pela gestão dos cursos ministrados pelas escolas e faculdades da instituição, de acordo com suas áreas de abrangência e perfil técnico das mesmas.

Apesar da escassez do tempo para execução das ações – pouco mais de 70 dias úteis –, o coordenador de projetos especiais do Senai, Walmir Telles, acredita que os esforços das unidades do Sesi e Senai alcançaram bons resultados. “Buscamos mobilizar a estrutura educacional de nossas unidades, de forma a oferecermos, apesar do tempo exíguo, uma qualificação de qualidade, representando todo compromisso que temos com o Estado e com os alunos. Esperamos que o resultado dessa educação profissional possa também ser refletido na forma de uma grande contribuição da Fieg, por meio do Sesi e do Senai, para o fortalecimento e a consolidação do processo de desenvolvimento so-



/// Edwagna Barbosa da Silva, ao centro, recebe certificado das mãos de Walmir Telles e Flávia Morais: “Consegui um emprego por meio do Senai”

cioeconômico e ambiental do nosso Estado.”

Para Willian Rodrigues Damaso, aluno do curso de pedreiro de acabamento, a qualificação ampliou seus conhecimentos e será importante para uma boa colocação no mercado de trabalho. “Eu trabalhava como pedreiro, mas não tinha qualificação. Aí veio este programa pra gente e eu quis me qualificar para entrar no mercado de trabalho, porque entrar no mercado sem qualificação é complicado.”

Após a conclusão do curso de apontador de produção, a aluna Edwagna Barbosa da Silva conseguiu ser contratada. “Eu era operadora de caixa e estava desempregada. Então esta oportunidade foi muito importante para mim. Consegui um emprego por meio do Senai, que, devido ao meu desempenho, me encaminhou para fazer o teste na empresa. Já estou trabalhando na área e estou adorando”, declarou.



/// Willian Rodrigues Damaso: “Entrar no mercado de trabalho sem qualificação é complicado”

*MUNICÍPIOS ATENDIDOS

1. Anápolis
2. Aparecida de Goiânia
3. Caldas Novas
4. Catalão
5. Goianésia
6. Goiânia
7. Goianira
8. Guapó
9. Hidrolândia
10. Itumbiara
11. Jaraguá
12. Niquelândia
13. Palmeiras de Goiás
14. Porangatu
15. Posse
16. Quirinópolis
17. Rio Verde
18. Sanderlândia
19. Santa Helena de Goiás
20. Senador Canedo
21. Trindade
22. Uruaçu

CURSOS DESENVOLVIDOS

1. Açougueiro
2. Apontador de Produção
3. Auxiliar de Escritório
4. Costureiro em Série
5. Cozinheiro de Restaurante
6. Eletricista de Instalações de Veículos Automotores
7. Eletricista de Instalações Predial e Residencial
8. Encanador de Manutenção
9. Instalação de Som e Acessórios de Veículos
10. Mecânico de Injeção Eletrônica de Veículos
11. Operador de Computador
12. Operador de Telemarketing
13. Padeiro e Confeiteiro
14. Pedreiro de Acabamento
15. Pintor de Alvenaria
16. Promotor de Vendas

Vagas x qualificação

Segundo pesquisa do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), referente a 2007, existe déficit de quase 13,5 mil profissionais no Centro-Oeste, principalmente nas indústrias têxtil, de vestuário e calçados. Para a secretária de Cidadania, Flávia Morais, o fato é reflexo do momento econômico, sobretudo em Goiás, que tem apresentado crescimento muito significativo e, assim, um dos grandes desafios do governo é promover a capacitação da sua população. “Estamos conseguindo atrair diversas empresas e indústrias dos mais variados setores para Goiás. Se não capacitarmos nossos cidadãos, essas empresas acabarão tendo de contratar mão-de-obra de outros Estados.”

O presidente do Sindicato da Indústria da Construção do Estado de Goiás (Sinduscon), Roberto Elias de Lima Fernandes, demonstra grande preocupação com a formação da mão-de-obra para o setor. Segundo ele, já existe carência principalmente de profissionais como carpinteiro, armador e pedreiro de acabamento. “Temos de formar essas pessoas, profissionalizar através do Senai e de outras entidades, porque o emprego tem. A dificuldade é arrumar pessoas qualificadas.” Fernandes afirma ainda que o setor tem exigido profissionais com maior conhecimento e técnica, mas, por outro lado, também tem oferecido melhores condições de trabalho e renda. “O emprego na construção civil melhorou muito. Os canteiros de obra oferecem, por exemplo, alimentação de qualidade, atendimento médico e odontológico e cursos. Hoje as pessoas crescem na construção civil. Pode-se entrar como servente ganhando em média R\$ 500,00 e chegar até R\$ 1.500.”

A Secretaria de Cidadania está trabalhando na programação dos cursos referente ao exercício de 2008. O governo do Estado, segundo ela, já disponibilizou no orçamento R\$ 2 milhões para investimento em qualificação profissional. A secretaria deverá receber ainda recursos do governo federal.

/// Prospecto:
parque aquático,
colônia de férias e
hotel com 204
apartamentos



Depois de Aruanã, CALDAS NOVAS

Sesi Goiás inicia no segundo semestre as obras do seu segundo complexo de lazer, num investimento estimado em R\$ 21 milhões

■ Débora Orsida

Em 1910, o major Victor de Ozeda Ala construiu a primeira casa de banho de águas quentes, em Caldas Novas, para seus familiares e amigos. As instalações eram de madeira e tinha apenas duas banheiras. O sucesso foi tanto que o número de convidados só aumentava. Dez anos mais tarde, em 1920, os herdeiros do major Victor e o médico Ciro Palmerston construíram em sociedade o primeiro balneário público, com duas banheiras esmaltadas e três cimentadas. Mas o primeiro grande empreendimento surgiu somente em 1964: a Estância Thermas do Rio Quente, hoje pertencente ao município vizinho de Rio Quente, emancipado em 1988, e embrião do complexo turístico da Pousada do Rio Quente, o maior parque hidrotermal do planeta.

Desde então, os empreendimentos de Caldas Novas não pararam de crescer e o município tornou-se referência por causa das águas termais e do complexo hoteleiro, sendo considerado o maior complexo hidrotermal do mundo, o que atrai turistas de todo o País, sobretudo de São Paulo, Brasília, Minas Gerais, Goiânia e também do exterior.

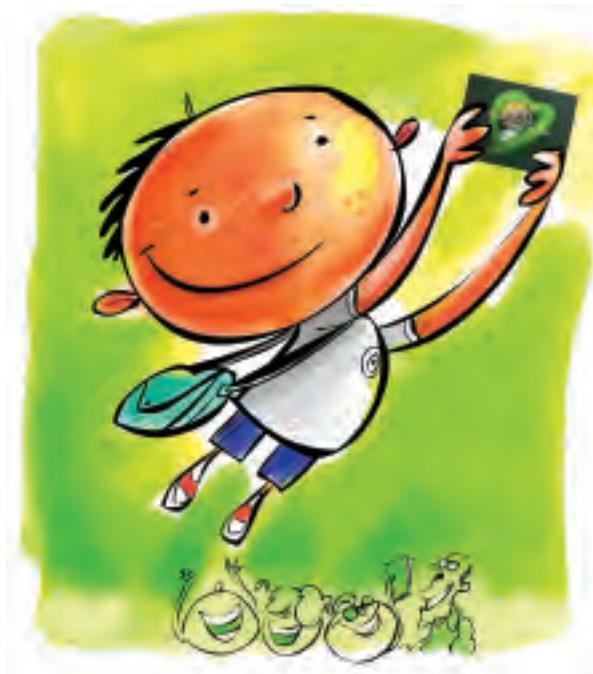
Conhecedor do potencial turístico de Caldas Novas, o Sesi Goiás planeja iniciar no segundo semestre de 2008 as obras para a construção de uma unidade de lazer no município, criando mais uma opção de diversão para o trabalhador da indústria e sua família. É a segunda unidade opera-

cional de lazer da instituição no Estado - a primeira é a de Aruanã, às margens do Rio Araguaia.

Um investimento inicial estimado em R\$ 21 milhões, o complexo do Sesi em Caldas Novas, numa área de 62 mil metros quadrados no Setor Jardim Paraíso, contempla parque aquático, colônia de férias e hotel, totalizando 204 apartamentos distribuídos em quatro blocos. Os recursos para viabilizar o projeto, previsto para ser inaugurado em 2010, envolvem parceria entre Confederação Nacional da Indústria (CNI), Federação das Indústrias de Minas Gerais (Fiemg) e do Sesi Goiás.

Para o presidente da Federação das Indústrias do Estado de Goiás e diretor regional do Sesi, Paulo Afonso Ferreira, a inauguração do Sesi em Caldas Novas marca um momento histórico do turismo no Estado. "Este é um empreendimento para todo o País. Qualidade de vida, diversão, entretenimento, lazer, descanso, harmonia e saúde são alguns dos atrativos que o turista encontrará na unidade de lazer", disse, ao apresentar o projeto a presidentes de sindicatos de trabalhadores na indústria, durante reunião na Fieg.

Luiz Lopes de Lima, presidente da Federação dos Trabalhadores das Indústrias do Estado de Goiás, Tocantins e Distrito Federal, parabenizou a iniciativa e destacou a parceria da Fieg com os sindicatos dos trabalhadores. "Juntos vamos promover cidadania para os trabalhadores da indústria. O Sesi em Caldas Novas é uma conquista de todos."



ESCOLA SEM MUROS

Prêmio Sesi de Qualidade na Educação vai para unidade estadual localizada em Britânia, superando 1.327 escolas de todo o País

Você já imaginou uma escola que não tem muros nem portões? Em Britânia, município que fica a 337 quilômetros de Goiânia e tem uma população de 5,8 mil habitantes, é assim. Os 700 alunos da Escola Estadual Alfredo Nasser estudam, praticam esportes, participam de diversos projetos e, também, cuidam do estabelecimento. "Não sofremos com depredações ou pichações, todos se sentem responsáveis pelo ambiente escolar", ressalta a diretora Maria Disterro dos Santos.

A experiência bem-sucedida acaba de vencer o Prêmio Sesi Qualidade na Educação (PSQE), na categoria escolas públicas e privadas de ensino fundamental e médio para crianças, em que concorreu com 1.327 candidatas de todo o País. Do total, 60 foram classificadas, das quais 50 públicas e privadas e 10 da Rede Sesi de Educação. As escolas do Sesi de Niquelândia e Anápolis (Jaiara) conquistaram os 3º e 4º lugares, respectivamente, nesta categoria.

A escola recebeu um prêmio de R\$ 20 mil, que será aplicado na construção de um alambrado e da arborização da parte externa da escola. Por conta da conquista, Maria Disterro dos Santos também irá ao Chile conhecer uma escola que é referência em gestão pedagógica.

Diretora da unidade desde 2005, Maria Disterro, com o apoio do grêmio estudantil e do conselho de pais, tem implantado diversos projetos,

como o Escola Aberta, que oferece oficinas de dança, música, teatro, xadrez, bordado, crochê e caratê. "Abrimos as portas da nossa escola para os pais e toda a comunidade. Temos a certeza de que foi a união com a comunidade e o comprometimento de todos os profissionais que trabalham na escola que propiciaram nossa conquista."

APRENDIZADO PARA VIDA

Um dos projetos em evidência é o Leitura Espaço Mágico, que tem como objetivo incentivar a leitura entre os alunos. Maria Disterro ressalta que com esse projeto a quantidade de livros lidos por ano pelos alunos aumentou consideravelmente. "Enquanto a média nacional é de 3 a 4 livros por aluno/ano, aqui na escola a média é de 13 a 17." A escola ainda promove atividades como as Oficinas para a Vida, com dicas sobre primeiros socorros, como plantar e cuidar de horta, cursos de oratória, entre outros.

O projeto Juventude e Cidadania tem foco no aprendizado e conhecimento das leis, dos direitos e deveres do consumidor, além de um trabalho com idosos e creches. Projetos de Saúde Bucal, Horta Escolar e Fabriqueta de Sabão também são exemplos de atividades que fazem a diferença na grade curricular dos alunos, que levam esses aprendizados para o dia-a-dia.



Weimer Carvalho

/// Janivan participa da etapa mundial dos jogos: segundo lugar nos 400 metros rasos

“CHEGUEI CORRENDO”

■ Débora Orsida, de Manaus (AM)

A goiana Janivan Lima, funcionária dos Correios, conquistou segundo e terceiro lugares nas modalidades de 400 e 1.500 metros nas provas de atletismo feminino disputadas durante os Jogos Mundiais dos Trabalhadores, nos dias 3 e 4 de julho em Rimini, Itália. Recebida com festa pela família e colegas de trabalho na chegada a Goiânia, Janivan agradeceu ao comentar suas conquistas: “Cheguei correndo”.

Ela e Rafael de Jesus, da MMC Automotores (Mitsubishi), haviam garantido participação no mundial, aberto no dia 29 de junho, durante a etapa nacional dos Jogos do Sesi, disputados em Manaus (AM), de 21 a 25 de maio, nas modalidades de atletismo de 400 metros rasos e salto em distância masculino livre.

Goiás participou dos Jogos Nacionais do Sesi com uma delegação de 74 trabalhadores-atletas representantes das empresas Grafigel, Saneago, Sama, Halex Istar, Perdigão, Mitsubishi, Correios, Laboratório Teuto, Sinalmix, Caramuru, Brasil Center e Celg. Durante os cinco dias da competição, a capital amazonense recebeu 774 trabalhadores-atletas de todo o País. Segundo lugar no pódio na prova de atletismo de 400 metros rasos, Janivan conta que foi trabalhando nos Correios que descobriu a corrida. “Minha primeira prova foi na Corrida dos Carteiros em 2003, mas a minha grande participação foi nos Jogos do Sesi, onde me descobri atleta.”

CONQUISTAS

(Etapa nacional dos Jogos do Sesi)

SALTO EM ALTURA MASCULINO LIVRE

/// Rafael de Jesus - MMC Automotores - 4º lugar
/// Diego Medeiros - Caramuru - 6º lugar

SALTO EM DISTÂNCIA MASCULINO LIVRE

/// Rafael de Jesus - MMC Automotores - 3º lugar
/// Diego Medeiros - Caramuru - 9º lugar

400 METROS RASOS FEMININO LIVRE

/// Janivan Lima - Correios - 2º lugar

SALTO EM ALTURA FEMININO LIVRE

/// Sueney Mendes - Correios - 8º lugar

1.500 METROS FEMININO LIVRE

/// Janivan Lima - Correios - 3º lugar
/// Ana Lúcia - Sadia - 9º lugar

VÔLEI MASCULINO

/// Perdigão - 6º lugar

VÔLEI FEMININO

/// Halex Istar - 4º lugar

FUTEBOL DE CAMPO

/// Grafigel - 4º lugar

FUTEBOL SETE MÁSTER

/// Saneago - 2º lugar

FUTSAL

/// Sama - 6º lugar

“O desgaste de se criar mais esse tributo poderia ser contornado com melhoria da gestão das receitas”



Cláudio Henrique de Oliveira é economista da Fieg

A quem interessa a CSS?

A criação de novo imposto com base em um outro, que foi extinto, é a nova sensação palaciana. Ou seja, após a derrota da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF), pretende-se criar a Contribuição Social da Saúde (CSS), a pretexto de uma fonte extra de recursos para a área da saúde.

Relembre-se que, no ano passado, a CPMF foi rejeitada pelos senadores e pela população, não tendo o governo federal conseguido o mínimo de votos a favor da prorrogação do imposto, que se apresentava curiosamente como provisório desde sua criação, há 11 anos.

O governo, via lei complementar e na carona da regulamentação da Emenda Constitucional nº 29, essa com a proposta de estabelecer bases estruturais e valores para a saúde, busca agora garantir fonte de financiamento permanente para a área com a criação da CSS. Trata-se da incidência 0,10% sobre a movimentação financeira, ficando isentos trabalhadores que recebem até R\$ 3.038, cuja destinação pretende-se seja o Fundo Nacional de Saúde. A expectativa é de uma arrecadação adicional de R\$ 10 bilhões, contra R\$ 36 bilhões arrecadados, em 2007, pela CPMF.

Além de inoportuno, já se questiona até a constitucionalidade do tributo, aprovado até então na Câmara dos Deputados com



estrita margem de votos, quer pela forma (lei complementar), quer pelo caráter cumulativo - incidirá em toda cadeia produtiva, destoando do texto constitucional em seu artigo 154 e 195, em tese. Um desgaste desnecessário para o governo ao criar essa nova contribuição, por ser ela passível de contestação judicial.

Há quem diga que a intenção do Planalto é correr o risco na apresentação via lei complementar, pois no caso de aprovação, o governo gastará o que for arrecadado e, quiçá, ficará para a próxima gestão a devolução deste, no caso de decisão judicial.

Políticos da oposição se mobilizam contrários à aprovação da CSS. Uns mais exaltados, outros mais comedidos, porém o discurso é unânime quanto à utilização de todos os argumentos legislativos e jurídicos com a finalidade de impedir sua concretização.

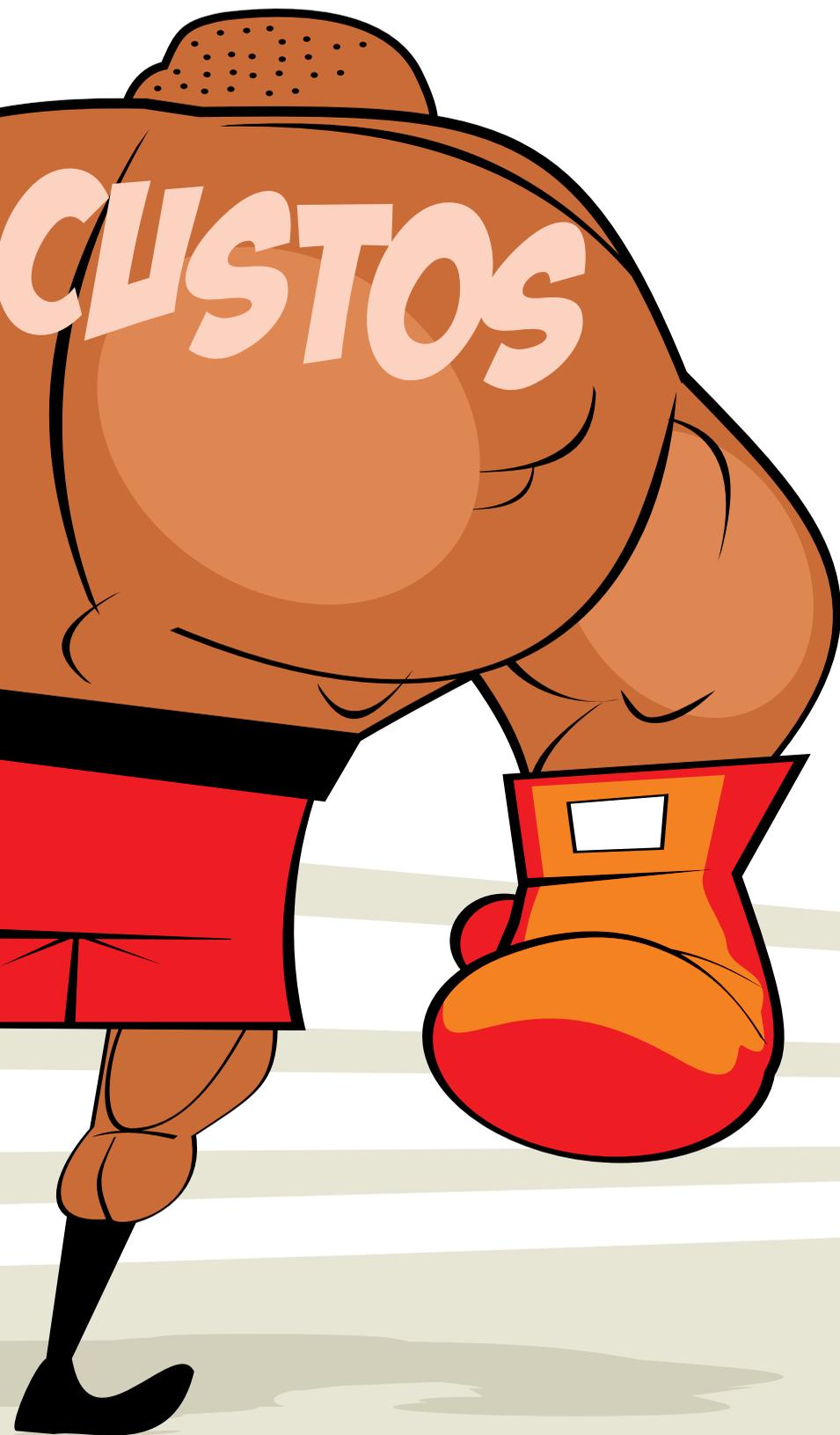
Há aqueles que entendem que a forma de arrecadação escolhida, além da característica arrecadatória com destinação específica, tem propriedade de tributar as atividades informais. Para a grande maioria, o entendimento é de que haverá elevação da carga tributária e incremento nos preços, pois se trata de contribuição em cascata, a ser repassada para o custo dos produtos gerados e comercializados.

Pelo estudo prévio do Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário, espera-se um impacto sobre o preço final dos produtos de mais de 0,5%, recaindo sobre todos, inclusive com reflexos na taxa de inflação.

Talvez o governo devesse apresentar outra alternativa para a sociedade, em vez da simples instituição da CSS, que não está em sintonia com o sentimento da sociedade, principalmente se for considerada a atual carga tributária.

O desgaste de se criar mais esse tributo poderia ser contornado com melhoria da gestão das receitas, pois os enfermos carecem de mais recursos, e com sua aplicação eficiente. A sociedade não se mostra contrária a destinar mais dinheiro para a saúde, no entanto é avessa a pagar mais por isso. Aliado a melhor gerência dos recursos, em vez da ampliação da receita, imposto sobre movimentação financeira tem característica fiscalizatória e de ampliação da base a ser tributada, pois incidirá para formais e informais.

Daí, poder-se-ia compensar a perda da CPMF com a ampliação da arrecadação obtida pelo crescimento econômico, fato notório, ou, de forma alternativa, reduzir a alíquota de outro tributo que incida sobre a produção, de forma a desonerar o setor produtivo e ainda se ter o recurso pretendido para a saúde.



MESES **BICUDOS** ADIANTE

■ *Lauro Veiga Filho*

Indústria tenta administrar disparada dos custos sem comprometer as vendas, mas mantém planos de investimento em novas fábricas e máquinas →



Sob pressão

(Indústria repassa parcialmente alta da inflação no atacado - variações em %)

Variáveis	Abr-2008	Mai-2008	Ano	12 meses
IGP-DI	1,12	1,88	5,16	12,14
IPA	1,30	2,22	6,05	15,36
Bens finais	0,05	1,45	2,52	7,86
Bens intermediários	1,88	2,32	7,91	11,15
Matérias-primas brutas	1,90	2,96	7,57	34,42
Produtos agrícolas	0,08	2,47	4,46	33,65
Produtos industriais	1,77	2,13	6,67	9,63
IPC	0,72	0,87	3,05	5,59
Núcleo do IPC	0,38	0,44	1,64	3,64
INCC	0,87	2,02	4,40	8,06
Materiais de construção e serviços	0,86	1,61	4,87	8,78
Mão-de-obra	0,88	2,50	3,88	7,25

Fonte: Fundação Getúlio Vargas (FGV)

Desafios para a indústria

A escalada recente dos custos de matérias-primas, insumos e bens intermediários, concentrada principalmente em três grupos de produtos básicos para quase toda a indústria - ferro e aço, grãos e, mais importante, petróleo -, e a retomada da política de aperto monetário desenharam um cenário desafiador para a indústria nos próximos meses. "Entre junho e o final do ano, e talvez até o início de 2009, o setor industrial enfrentará meses 'bicudos' para sua rentabilidade", resume o consultor do Instituto e Estudos para o Desenvolvimento Industrial (Iedi), Júlio Sérgio Gomes de Almeida.

O que o economista quer demonstrar é que o período em curso colocará para o setor a complicada missão de lidar com aqueles aumentos de custos - e os juros são apenas mais um ingrediente nessa equação -, preservar o nível de vendas e os investimentos sem comprometer em excesso as margens de rentabilidade. Na verdade, ressalta Gomes de Almeida, esse processo de forte aumento de custos tem como ponto de origem a inflação das commodities (grãos, petróleo e metais) no mercado internacional, provocada por uma intensa transformação da economia global. "Não há um grama de contribuição da indústria brasileira para esse aumento", destaca ainda.

Em Goiás, até aqui, os setores mais afetados pelo aumento das matérias-primas têm conseguido, com exceção para um ou outro segmento, repassar essa alta aos clientes apenas parcialmente, numa estratégia deliberada para preservar mercados, mesmo diante de uma economia reconhecidamente aquecida. Esse é um dado, aliás, que tem contribuído para manter vivos os planos de investimento em novas expansões.

"As indústrias ouvidas numa rápida consulta pela Fieg (Federação das Indústrias do Estado de Goiás) tentaram segurar ao máximo o repasse de custos aos preços para manter as vendas em elevação, optando por uma política gradual de recomposição dos preços cobrados aos clientes", confirma o economista da entidade Cláudio Henrique de Oliveira.

O setor realizou investimentos em 2006 e 2007 para renovação e expansão do parque industrial, comenta Oliveira, evitando riscos de estrangulamento mais à frente, num planejamento que levou em consideração a perspectiva de crescimento do consumo. O repasse acelerado dos aumentos recentes poderia colocar em risco, no limite, o próprio retorno dos recursos imobilizados em ativos fixos e modernização de plantas já instaladas. ➡

Processo ainda não esgotado

Embora alguns setores e empresas venham anotando maior facilidade para repassar adiante as altas de custos, na média, essa não tem sido a regra geral. Os números da Fundação Getúlio Vargas (FGV), ainda que reflitam muito mais a situação nas regiões mais industrializadas, conseguem desenharem um cenário aproximado do que vem acontecendo na indústria como um todo, Goiás inclusive.

Nos primeiros cinco meses deste ano, nos mercados atacadistas, embora os preços das matérias-primas brutas e de bens intermediários tenham observado elevações de 7,57% e 7,91%, os bens finais subiram muito menos, com variação acumulada de "apenas" 2,52%. Os produtos industriais, da mesma forma, subiram ligeiramente menos, com elevação de 6,67%.

As taxas acumuladas em 12 meses corroboram essa tendência, mostrando variação de 34,42% para as matérias-primas brutas e de 11,15% para bens intermediários, diante de 7,86% para bens finais e 9,63% no caso dos produtos industriais. Segundo Gomes de Almeida, consultor do Iedi, tem havido repasses dentro das cadeias industriais, num processo que ainda não teria atingido plenamente os preços pagos pelo consumidor no varejo.

A indústria do trigo, afetada pela alta de 130% nos preços do grão nos últimos 12 meses, conseguiu repassar aos preços finais da farinha em torno de 60% da variação observada para a matéria-prima. Mas pagou um preço por isso, sancionando queda de 10% no consumo da farinha. Parte da alta, aponta o presidente do Sindicato dos Moinhos de Trigo da Região Centro-Oeste (Sindtrigo), André Lavor Pagels, foi compensada pela suspensão da cobrança do PIS/Cofins sobre trigo, farinha e pão. A isenção,

diz ele, foi repassada pelos moinhos, resultando numa redução de 5% no preço da farinha. A questão, reclama, é que o trigo estava a R\$ 780 a tonelada, posto no Paraná, antes da retirada da contribuição e continuou a R\$ 780 depois, o que correspondeu, na verdade, a um aumento disfarçado.

Os moinhos com maior fôlego e poder financeiro já haviam providenciado estoques suficientes para suprir o mercado até maio. No mês passado, já houve alguma movimentação no mercado, com moinhos retomando compras a preços mais elevados. Para julho, há a perspectiva de novas pressões altistas, diante do esgotamento das reservas armazenadas pela indústria de moagem e da retomada da tendência de alta no mercado internacional. Na Bolsa de Chicago, a cotação dos contratos de segunda posição (para entrega em setembro) saiu de US\$ 7,77 para US\$ 8,84 entre o final de maio e o dia 20 de junho, subindo 13,7%. Mas já havia rondado a casa de US\$ 9,22 no dia 18, baixando 4% desde então. Em 12 meses, o grão acumulava elevação de 42,4%.

Lavor acredita em nova acomodação do mercado entre agosto e novembro, quando chegará ao mercado a nova safra, estimada em 101,5 mil toneladas no Centro-Oeste (mais 23,4%). A produção brasileira, em fase de recuperação, deverá crescer 35%, alcançando 5,16 milhões de toneladas (50% do consumo estimado para o País), a maior desde a colheita de 2005. Até lá, os moinhos vão operar "da mão para boca", evitando acumular estoques de forma a não causar novas pressões de alta.

Operando a 70% de sua capacidade, os moinhos aguardam a criação, pelo governo federal, de uma linha de crédito especial para financiar a compra da safra que vem aí. Os recursos deverão ser destinados às indústrias, que responderiam pela aquisição de toda a produção. ➡



/// Sousa: sem previsão de estabilização dos preços dos fertilizantes por enquanto



/// Gomes de Almeida: previsão de "meses bicudos" para a rentabilidade do setor industrial entre os meses finais de 2008 e o começo de 2009

"As indústrias tentaram segurar ao máximo o repasse aos preços"

Cláudio Henrique de Oliveira, economista da Fieg

Por que o petróleo sobe

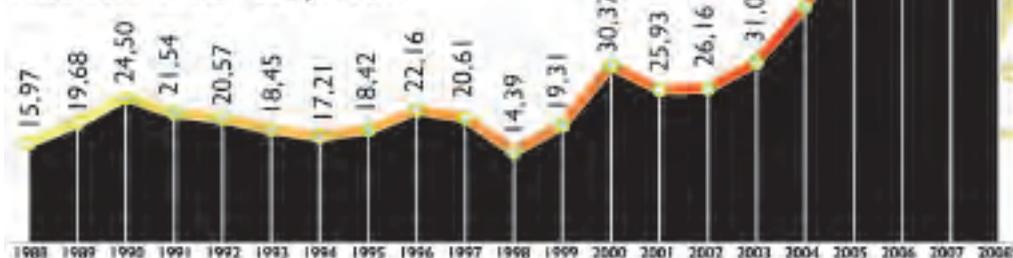
No ano passado, o mundo consumiu 85,22 milhões de barris de petróleo por dia, significando um acréscimo de 1,1% ou 990 mil barris/dia. Mas a produção recuou 0,2%, para 81,53 milhões de barris (126 mil barris a menos). O déficit entre oferta e demanda alargou-se, portanto, numa tendência observada ao longo dos anos 90 e na primeira década do século 21.

Há 10 anos, o consumo superava a produção global por uma diferença de 1,9%. Enquanto os poços de petróleo colocavam no mundo o correspondente a 72,23 milhões de barris diariamente, a economia mundial consumia pouco menos de 73,60 milhões de barris. Desde 1997, o consumo acumulou um aumento de 15,8%, exigido uma oferta adicional de 11,62 milhões de barris.

Mas a produção, diante de um aparente processo de esgotamento das reservas provadas, estacionadas em torno de 1,24 bilhão de barris, não acompanhou o ritmo frenético do consumo, crescendo menos de 13% no período. Em números arredondados, a produção saiu de 72,23 milhões para 81,53 milhões de barris, num acréscimo de 9,30 milhões de barris/dia.

A China (Hong Kong incluída) respondeu por praticamente um terço do crescimento verificado para o consumo de petróleo entre 1997 e 2007, de acordo com relatório da British Petroleum (BP). Praticamente metade do crescimento da demanda teve origem nos países da região da Ásia/Pacífico. Entre 2006 e 2007, os chineses foram responsáveis por 37% do aumento do consumo e a Ásia em conjunto teve participação de 60%. ➔

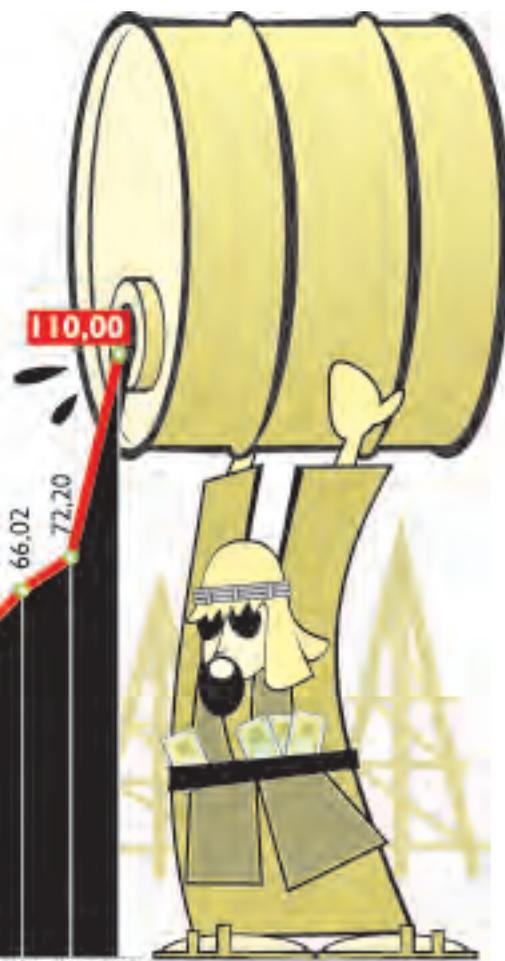
Escalada sem fim
Preços médios anuais do petróleo tipo West Texas Intermediate - US\$ por barril



(*) Projeção da Agência Internacional de Energia
Fonte: British Petroleum (BP)

"No ano passado, nessa mesma época acreditávamos que os (preços dos) fertilizantes teriam chegado ao limite. Erramos todos"

George Wagner Bonifácio e Sousa,
presidente da Associação dos
Misturadores de Adubos do Brasil
(Ama Brasil)



Os dois lados da moeda

O impacto da elevação de custos tem sido percebido de forma diferenciada segundo o porte da empresa. No setor de fabricação de rações, o aumento veio junto com um maior rigor do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) nas exigências de qualidade em todo o processo de produção e de observação estrita de normas de sanidade. Instalada há dois anos e meio em Turvânia (GO), a Rações HV, empresa da Agropecuária Gomes, decidiu em março cancelar seu registro no Serviço de Inspeção Federal (SIF).

A empresa, que processava 500 sacas por dia de soja, algodão e núcleo (sal mineral e nutrientes formulados), ocupando 400 m² de área construída, desativou a produção de ração e demitiu todos os dez funcionários que empregava diretamente. Outros cinco trabalhadores, ocupados indiretamente pela empresa, também ficaram sem colocação. Para fazer todas as adequações exigidas pelo Mapa, detalha Helder Martins Pignatti, proprietário da empresa, a Rações HV teria que investir entre R\$ 60 mil a R\$ 80 mil numa fase complicada para os negócios, exatamente por conta da disparada dos custos e conseqüente queda nas vendas.

A saca de 25 quilos de sal mineral, que a empresa comprava a R\$ 43 até dezembro passado, saltou para R\$ 112, representando um aumento de 160%. As vendas do produto desabaram 70%, de acordo com Pignatti. Mas ele não pretende desistir de vez da atividade. O empresário espera que o mercado se normalize para retomar os planos de construir nova fábrica, em área mais afastada do centro da cidade, a ser cedida pela prefeitura, conforme sua expectativa. O projeto prevê dobrar a produção para mil sacas de ração por dia, num investimento estimado entre R\$ 160 mil a R\$ 180 mil, com entrada em operação esperada para 2009 ou 2010. "Vamos precisar da ajuda do Banco do Brasil para financiar o investimento, porque o mercado de rações ainda é promissor diante do aumento dos preços do leite e da arroba do boi", arremata.

Expansão à vista - A Fri-Ribe aguarda a aprovação do governo estadual para iniciar um projeto que prevê investimentos ao redor de R\$ 4 milhões, com recursos próprios e da Finame, agência do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

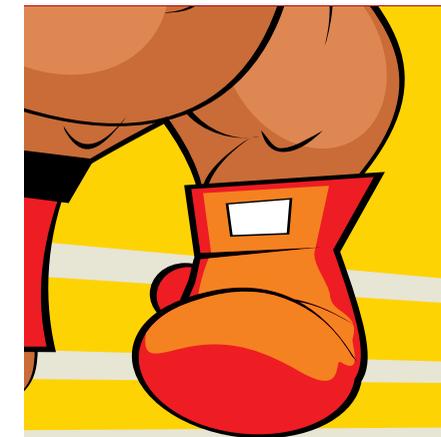
(BNDES) responsável pelo financiamento de máquinas e equipamentos. A nova unidade, projetada para o Distrito Agroindustrial de Anápolis (Daia), segundo Márcio Paiva, gerente geral da unidade goiana da indústria, deverá ter capacidade para 35 mil a 40 mil toneladas de rações por ano, significando uma expansão entre 40% e 60% em relação à planta atual, que processa até 25 mil toneladas anualmente.

Com cinco unidades em todo o País e sede em Pitangueiras (SP), a Fri-Ribe está há 33 anos em Anápolis e não vê no encarecimento dos custos um obstáculo real para seus planos de crescimento. Na verdade, afirma Paiva, todos os aumentos foram repassados aos clientes. Na formulação de seus produtos, a fábrica utiliza soja, milho, sorgo, fosfato bicálcio e sal mineral. Os preços do suplemento mineral, informa o gerente, foram exatamente os que mais subiram desde dezembro passado.

A tonelada do produto, que custava à empresa em torno de R\$ 850, subiu para R\$ 2.300, num incremento superior a 170%. "O fosfato bicálcio tem sido o grande vilão e a indústria alega que seus preços ainda estão defasados", comenta. Os preços do farelo de soja, que giravam ao redor de R\$ 350 a R\$ 380, atingiram alguma coisa em torno de R\$ 670 a R\$ 680, acumulando uma variação média de 85% e máxima de 94%. "A saca do milho chegou a ser comprada a R\$ 25, mas, com a safra, baixou para R\$ 20. Esperamos nova elevação no segundo semestre", avisa Paiva.

O repasse trouxe conseqüências para a empresa, que acusou retração de 15% nas vendas de suplemento mineral nos primeiros cinco meses de 2007. O tombo foi mais do que compensado pelo avanço na venda de concentrado. "No geral, em volume, nossas vendas cresceram 10% no período", adianta Paiva. A Fri-Ribe prepara-se para rever suas previsões para o ano, que contemplavam crescimento de 5% em relação a 2007.

Em maio, data-base da categoria, a empresa e seus funcionários negociaram um reajuste de 5,9% para os salários, conforme a variação acumulada do Índice Geral de Preços do Mercado (IGP-M). Para preservar o quadro de pessoal, a Fri-Ribe acertou a distribuição de cestas básicas e ticket refeição, além da contratação de plano de saúde e seguro de vida. ➔



"O fosfato bicálcio tem sido o grande vilão (do aumento de custos para fabricantes de ração) e a indústria alega que seus preços ainda estão defasados"

Márcio Paiva, gerente
geral da unidade de Goiás da Fri-Ribe

Aumentos de até 450%

-O balanço entre oferta e demanda deverá manter-se apertado "destacadamente" até 2011, segundo previsões da Associação Internacional da Indústria de Fertilizantes (IFA, na sigla em inglês), afirma o presidente da Fertilizantes Aliança e da Associação dos Misturadores de Adubos do Brasil (Ama Brasil), George Wagner Bonifácio e Sousa. "No ano passado, nesta mesma época, acreditávamos que os (preços dos) fertilizantes teriam chegado aos limites máximos. Historicamente, nunca havia se visto nada igual. Erramos todos, diante do imprevisível comportamento da demanda por commodities agrícolas no mundo", sentencia.

Tomando janeiro de 2007 como base, lembra Sousa, os preços da tonelada de uréia, com 45% de nitrogênio, maior fonte de suprimento para fertilizantes nitrogenados, subiram 150% (de US\$ 280 para US\$ 700). "A uréia atende a 64% do nitrogênio consumido pela agricultura em todo o mundo", pontua o presidente da Ama Brasil. A tonelada do MAP (fosfato monoamônico) era importada a US\$ 300, sem considerar frete, impostos e taxas, saltando para US\$ 1.250, um avanço de 317%.

No mesmo período, o cloreto de potássio passou de US\$ 200 para US\$ 850 a tonelada, o que significou uma elevação de 325%. Mas, de acordo com Sousa, os embarques programados para agosto já incluem um preço de US\$ 1 mil, embutindo uma variação de 400%.

Destaque absoluto, até aqui, o super-fosfato triplo, com 45% de fósforo, experimentou salto de 450%, pulando de US\$ 200 para US\$ 1,1 mil entre janeiro de 2007 e junho deste ano.

Os preços dos produtos formulados, que utilizam fontes de nitrogênio, fósforo e potássio em dosagens variadas, acompanharam parcialmente os aumentos das matérias-primas. "A indústria misturadora, por várias razões, não repassa os aumentos, imediatamente, nos mesmos níveis de reposição dos estoques. Mas levam em conta, sim, os valores históricos desses estoques", declara Sousa. Na prática, portanto, os preços tendem a continuar subindo na ponta do produtor, pois os custos presentes de reposição são hoje mais elevados do que os valores médios observados meses atrás, quando os estoques foram adquiridos.

Numa estimativa particular, baseada em sua experiência no mercado, Sousa acredita que o agricultor deve estar pagando, atualmente, "preços de 45 a 60 dias atrás, ou seja, em torno de 20% mais baixo que os custos atuais". Mas ele recomenda que esse dado não

deva ser generalizado e nem seja aceito como definitivo. Trata-se, aponta, mais de um 'feeling' sobre como funciona esse mercado.

De uma forma ou de outra, não parece provável, a essa altura, que os preços tendam a uma acomodação, já que todos os fatores que justificaram a alta dos insumos no mercado internacional ainda estão presentes. "Os estoques mundiais de grãos continuam baixos e representam 15,6% do consumo global, conforme dados do USDA (Departamento de Agricultura dos Estados Unidos). A demanda mundial por commodities agrícolas continua aquecida e, portanto, os fertilizantes seguem o mesmo caminho. Faltam navios, os fretes todos estão mais caros e há, ainda, a pressão do etanol sobre a produção de alimentos", analisa. Adicionalmente, a oferta mundial de fertilizantes tem se mantido estável e quaisquer investimentos só deverão trazer resultados mais à frente.

As misturadoras têm feito esforços para identificar fontes novas e mais baratas de suprimento ao redor do mundo. "Na busca constante por soluções comerciais e agrotécnicas adequadas, a indústria teve de abrir novos espaços, premida pela escassez mundial, buscando fornecedores na Coreia, na China e em outros países", detalha. ➡

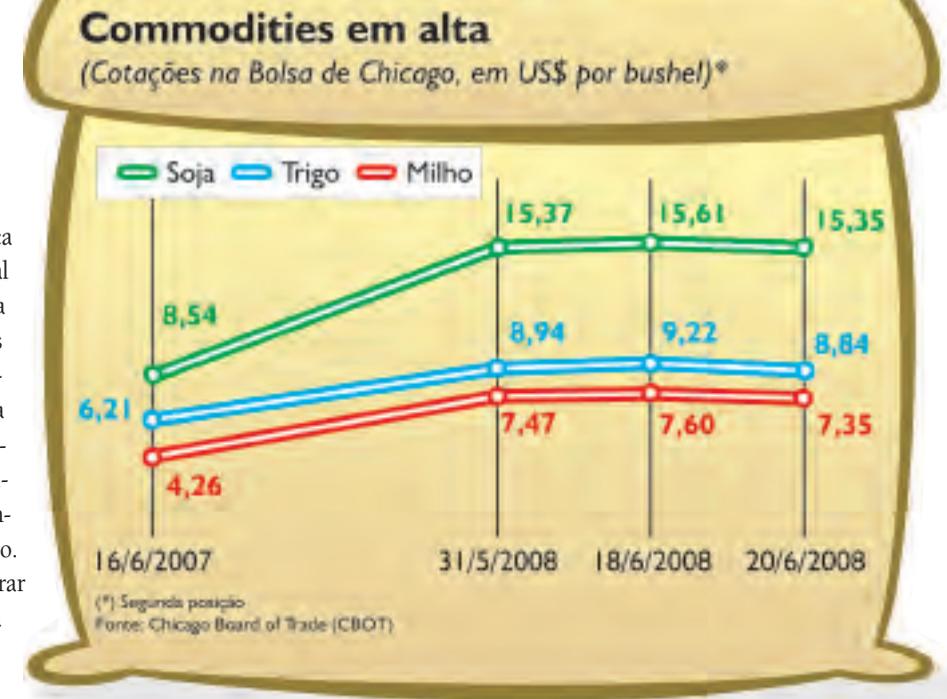


Reajustes diferenciados

Em geral, a Central Metalúrgica Catalana (CMC) aplica o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) para corrigir os salários de seus funcionários todos os anos. Mas a falta de pessoal qualificado na região e a grande concorrência entre as empresas por mão-de-obra capacitada têm levado a empresa arbitrar aumentos entre 10% e 15% para aqueles empregados com maior nível de qualificação. "A empresa não pode investir e preparar um funcionário durante anos para perdê-lo para empresas concorrentes", afirma o gerente Administrativo e de Recursos Humanos da CMC, Antônio Marcelo Pasqualin.

A metalúrgica também está de malas prontas para se instalar em três galpões numa área de 25 mil m², dentro do distrito industrial de Catalão. Desde abril, parte da operação já acontece nas novas instalações, que permitirão ampliar a capacidade instalada em 50%, saindo das atuais 40 para 60 toneladas de aço laminado a frio por mês, consumidas na usinagem de peças industriais para a indústria de mineração.

Apenas as instalações e equipamentos da planta consumiram aproximadamente R\$ 1 milhão, de acordo com Pasqualin. A CMC tem sido favorecida pelos projetos de expan-



são das maiores mineradoras em operação no Estado. "Trabalhamos sob encomenda e recebemos um pedido para a fabricação de seis contêineres para a unidade de Barro Alto da Anglo American, num total entre 26 a 32 toneladas, para entrega em outubro", conta o gerente.

Além da Anglo, que investe quase US\$ 2 bilhões em Barro Alto, a Fosfértil (rocha fosfática e fertilizantes) e a Mineração Catalão (ferro-níbio) trabalham para duplicar sua capacidade de produção. De acordo com as promessas de Pasqualin, caso todos os pedidos de

orçamento se transformem em pedidos firmes e a CMC terá trabalho pelos próximos dois anos, o que mais do que justifica o investimento em fase de realização.

O aço laminado, que representa cerca de 70% a 80% do custo total de produção da metalúrgica, lembra Pasqualin, subiu mais de 20% em menos de três meses, com reajuste de 9,29% aplicado pelas distribuidoras em abril e mais 10% em junho deste ano. A empresa tem conseguido administrar as pressões sobre os custos, já que o mercado aquecido permite repassar aos clientes as altas observadas.

Produtividade, salários e juros

O aumento dos salários ainda não chegou a afetar as margens de rentabilidade praticadas pela indústria, na avaliação do consultor do Iedi, Júlio Sérgio Gomes de Almeida. No ano passado, cita o economista, os rendimentos dos trabalhadores na indústria acumularam variação de 3,5%, enquanto a produtividade das empresas industriais aumentou 4,2%. "Isso assegura sustentabilidade ao processo de crescimento do setor e, na média, significa que a lucratividade ainda não havia sido afetada".

Mas a indústria terá de manter e mesmo ampliar seus ganhos de produtividade neste ano, para não perder rentabilidade. "Nem todos os aumentos de custos poderão ser repassados à frente porque há um limite para isso, imposto pelo mercado", complementa Gomes de Almeida.

Nos 12 meses encerrados em abril, de acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a produtividade da indústria em geral cresceu 4,47%, para um aumento de 6,67% nos salários. Na indústria de transformação, salários e produtividade cresceram, pela ordem, 6,04% e 4,54%. Ao que parece, os rendimentos dos empregados no setor passaram a correr à frente da produtividade. Mas essa pode ser uma conclusão ainda apressada.

Segundo o IBGE, entre 17 setores de atividade na indústria de transformação, a produtividade ficou atrás dos salários em apenas cinco (alimentos e bebidas, refino de petróleo e combustíveis, metalurgia básica, produtos de metal e na categoria "outros produtos"). A indústria goiana, segundo a pesquisa Indicadores Industriais, da Fieg, parece trilhar caminho semelhante, na média do setor, com os salários aparentemente correndo à frente da produtividade. No acumulado entre janeiro e abril, sempre na comparação com igual período de 2007, as horas trabalhadas, um indicador mais próximo do desempenho da produção física, aumentaram 12,04%, frente a crescimento de 7,93% para o total de empregos, enquanto a massa real de salários engordou 14,60%.

Mas a pesquisa mostra um dado fortemente positivo quando se trata de avaliar as possibilidades de crescimento do setor industrial no médio e longo prazos. A despeito de um salto de 15,8% nas vendas, já descontada a variação do Índice de Preços no Atacado (IPA), da FGV, o nível de utilização da capacidade instalada caiu 5,21

pontos percentuais. O dado mostra que a indústria realizou investimentos para expandir suas operações no Estado, podendo pensar em vãos mais altos sem temer o estrangulamento de sua capacidade de produção.

Pode-se esperar, no entanto, pressões de um outro flanco. Antes mesmo de decretado o mais recente aperto monetário, num processo que tende a ser incrementado pelo Banco Central daqui em diante, o custo do dinheiro para as empresas já havia sido reajustado pelos bancos. A taxa média de juros nos empréstimos a pessoas jurídicas, em abril, havia subido para 26,3% ao ano, diante de 22,9% em dezembro e de 25,3% em abril de 2007. As operações de crédito do sistema financeiro como um todo no setor industrial não haviam perdido fôlego, no entanto. Em abril, o saldo dos empréstimos contratados pela indústria havia alcançado R\$ 237,37 bilhões, acumulando crescimento de 11% no ano e de 35,5% em 12 meses.

A nova política industrial, anunciada recentemente pelo governo sob o nome pomposo de Política de Desenvolvimento Produtivo (PDP), na visão de Gomes de Almeida e de Cláudio Henrique de Oliveira, economista da Fieg, poderá ajudar a compensar os aumentos de custos e suavizar possíveis perdas de lucratividade. A desoneração de investimentos produtivos, destacando-se a possibilidade de depreciação acelerada, e a ampliação dos prazos de financiamento para investimentos em máquinas e equipamentos apontam nessa direção, avaliam ambos. ➔

Crédito farto e (mais) caro
Saída das operações de crédito para a indústria e taxas de juros ao ano nos empréstimos para pessoas jurídicas

Período	Saldo dos empréstimos para a indústria (R\$ bilhões)	Juros para pessoas jurídicas (em %, a.a)
Dez/2006	164,58	26,2
Jan/2007	165,40	26,2
Abr/2007	175,15	25,3
Dez/2007	213,82	22,9
Jan/2008	215,37	24,7
Abr/2008	237,37	26,3

Foies: Banco Central



/// **Paiva, da Fri-Ribe: investimento de R\$ 4 milhões deve ampliar capacidade em até 60%**



/// **Lavor, presidente do Sindtrigo: trigo mantém preço mesmo após redução de PIS/Cofins**

Um plano de ação

Há décadas o País convive com planos e projetos que antecipam o futuro logo à esquina. Muitos naufragaram, entre outros motivos, por falta de planejamento, gestão e, principalmente, de mobilização dos vários atores envolvidos. "Estamos cansados de assistir ao lançamento de programas de desenvolvimento e de políticas industriais no País sem que nada de concreto aconteça", declarou o presidente da Fieg, Paulo Afonso Ferreira, na entrevista coletiva que antecedeu o primeiro encontro promovido fora de Brasília pelo Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (Mdic) e pela Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI) para debater a Política de Desenvolvimento Produtivo (PDP).

O propósito desses encontros, que deverão se repetir em outros Estados, detalha o presidente da agência, Reginaldo Arcuri, é definir, em articulação com o setor privado e as administrações estaduais, um plano de ação que forneça bases concretas para a efetiva implantação do PDP, além de mobilizar o empresariado a perseguir as metas traçadas. O ponto de partida, segundo ele, será a identificação de gargalos, vocações regionais e vantagens comparativas locais para a definição de diretrizes que permitam traçar uma linha comum de ação.

Arcuri chamou atenção para o caso da necessidade de qualificação da força de trabalho no País, lembrando que há várias instituições que cuidam desse setor, dentro e fora do governo. "Por que não focar todos os esforços nesta área em uma mesma direção?", questiona. Em sua visão, o desenvolvimento será efetivamente alcançado apenas se houver uma coordenação eficiente em todas as áreas envolvidas.

Paulo Afonso considera que o PDP define instrumentos corretos e está no caminho desejado pelo setor industrial, ao promover a desoneração de investimen-

tos e das exportações. Mas cobrou a definição de um sistema de gerenciamento eficiente para que a iniciativa não se perca entre outras igualmente bem intencionadas, mas implementadas de forma equivocada ou desconectada do lado real da economia.

Arcuri lembrou que o PDP conta com uma secretaria executiva e um comitê gestor, encarregados de acompanhar e fazer cumprir as metas estabelecidas. Segundo Arcuri, a existência, desde o final de 2006, da Rede Nacional de Agentes de Política Industrial (Renap), coordenada pela agência,

deverá facilitar o processo de articulação entre as várias pontas do PDP, contribuindo para criar sistemas de gestão e boa governança. ■



/// **Arcuri apresenta PDP a empresários: articulação para implantar nova política industrial**

AS GRANDES METAS DO PDP PARA 2010

/// **AMPLIAR O INVESTIMENTO FIXO DE 17,6% PARA 21% DO PIB**

/// **AUMENTAR A PARTICIPAÇÃO DO PAÍS NAS EXPORTAÇÕES MUNDIAIS DE 1,18% PARA 1,25%**

/// **ELEVAR O GASTO PRIVADO EM PESQUISA E DESENVOLVIMENTO DE 0,51% PARA 0,65%**

/// **EXPANDIR O TOTAL DE MÉDIAS E PEQUENAS EMPRESAS EXPORTADORAS DE 11.792 PARA 12.971 UNIDADES**

QUANTO MAIS NOVIDADE, MELHOR

Nova versão do Prêmio Finep oferece crédito a pequenas empresas inovadoras. Fieg lança o Prêmio Goiás de Inovação

O Ministério de Ciência e Tecnologia, por meio da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), decidiu incrementar a edição 2008 do tradicional Prêmio Finep de Inovação, destinando aos vencedores regionais e nacionais, em cada categoria, uma linha de crédito pré-aprovado para financiar o desenvolvimento de produtos e processos inovadores. O vencedor na categoria micro e pequenas empresas, assim consideradas aquelas com faturamento bruto de até R\$ 10,5 milhões em 2007, receberá, na etapa regional, até R\$ 500 mil, sob a forma de subvenção econômica. Na fase nacional, caso vença, poderá acrescentar outros R\$ 500 mil, nas mesmas condições.

Para empresas de porte médio, com faturamento acima de R\$ 10,5 milhões e até R\$ 60 milhões, o limite de crédito poderá chegar a R\$ 1 milhão, subindo para até R\$ 5 milhões na fase nacional do prêmio. As grandes empresas (faturamento anual acima de R\$ 60 milhões) só entram na etapa nacional e concorrem, entre outras vantagens, a um financiamento de até R\$ 10 milhões, a custos favorecidos.

A versão do Prêmio Finep para a Região Centro-Oeste foi apresentada ao público no início de junho. As inscrições já estão abertas e poderão ser feitas até 29 de agosto. Lançado na mesma data, o Prêmio Goiás de Inovação, com objetivos semelhantes, mas focado especificamente em indústrias inovadoras e instituições de ciência e tecnologia, aceitará inscrições até 25 de agosto. "O papel da Fieg (Federação das Indústrias do Estado de Goiás) é o de estimular a criação de uma cultura inovadora no setor, motivando as empresas a investirem em pesquisa e tecnologia", destacou o presidente do Conselho Temático de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação da entidade, Ivan da Glória Teixeira.



/// Marco César Chaul, da Neokoros: sistemas biométricos de segurança, com reconhecimento digital

O Prêmio Goiás de Inovação foi pensado e desenhado dentro do conselho temático, em parceria com Senai Goiás, Sebrae Goiás, Fundo de Apoio à Pesquisa do Estado de Goiás (Fapeg), Universidade Católica de Goiás, Finep e Vilage Marcas e Patentes, que oferecerá assessoria às empresas vencedoras no processo de registro de patentes. Entre elogios aos esforços para a promoção da pesquisa tecnológica e da inovação, Teixeira lembrou que o volume de recursos destacado pela Finep para subvenção econômica a empresas e projetos inovadores, neste ano, repete o orçamento de 2007, in-



cluindo R\$ 450 milhões em financiamentos não reembolsáveis.

Os empréstimos deverão ser divididos entre seis áreas: tecnologia de informação e comunicação, biotecnologia, saúde, programas estratégicos, energia e desenvolvimento social. A questão, apontou o presidente do conselho da Fieg, é que no ano passado foram aplicados efetivamente apenas 26% dos recursos reservados às áreas de biodiversidade, biotecnologia e saúde, de um total previsto em R\$ 100 milhões. Ainda no segmento de biotecnologia, em 2006, foi aprovada a liberação de 41% dos R\$ 30 mil-

hões originalmente previstos.

Alexandre Cabral, coordenador regional do Prêmio Finep, afirmou que a edição 2008 traz, além da novidade representada pela linha de crédito, "um inflexão importante". Não se trata, exatamente, de uma mudança de propósitos, mas de um novo enfoque. A seleção das empresas passa a considerar o conjunto de atividades inovadoras desenvolvidas nos últimos três anos, a sua capacidade de gerar parcerias para a inovação e de formatar instrumentos de financiamento e investimento nesta área. "Estamos lidando com portfólios de projetos e com empresas que apresentam iniciativas sistemáticas na área de inovação", resumiu Cabral.

Solução brasileira para coreanos

Especializada na criação e desenvolvimento de hardwares, softwares e aplicativos para sistemas biométricos de segurança e controle, instalada em Goiânia há seis anos e meio, a Neokoros Brasil Ltda arma-se para concorrer ao Prêmio Finep deste ano. A empresa desenvolveu um equipamento "stand alone" para reconhecimento de impressão digital com desempenho idêntico a similares que operam on-line.

Os pesquisadores da Neokoros, que destina 20% de seu faturamento para investimentos em pesquisa e desenvolvimento, descreve Marco César Chaul, diretor da Tecnologia da empresa, criaram um processo que permite portar o algoritmo de identificação biométrica originalmente instalado em um servidor para um processador do tipo ARM9. "Ninguém faz isso hoje no mundo", assegura ele.

O sistema de reconhecimento opera off-line e tem capacidade projetada e testada para mais de 30 mil acessos, com velocidade de resposta inferior a um segundo. O novo equipamento, estima Chaul, deverá triplicar o faturamento entre 2008 e 2009. Embora todo o desenvolvimento tenha ocorrido em Goiânia, o hardware será produzido na Coréia do Sul, pela Testech International, que mantém uma parceria tecnológica com a Neokoros.

Nessa parceria, a parte de hardware é licenciada à Testech, que produz os equipamentos para a Neokoros sob demanda. Em troca, a empresa goiana desenvolve drivers, sensores USB e outros equipamentos para a coreana.

Chaul estima que precisaria de alguma coisa próxima a R\$ 200 mil para adaptar as instalações da empresa e adquirir o maquinário necessário para a produção dos equipamentos aqui mesmo. Dinheiro que poderá vir com o Prêmio Finep, por exemplo.

A Neokoros ostenta, atualmente, uma carteira com 350 clientes espalhados por São Paulo, Brasília e Minas Gerais, além de Goiânia,

e pretende manter um crescimento médio de 30% ao ano, seguindo as metas estabelecidas em seu planejamento estratégico, depois do verdadeiro boom experimentado nos primeiros três anos da operação. Entre os clientes, a empresa relaciona as penitenciárias de segurança máxima de Catanduva (SP) e Campo Grande (MT), o frigorífico Marfrig, com 15 mil funcionários, onde a Neokoros monitora todo o acesso às unidades do grupo, contas e refeitórios, em parceria com a Tradesys Soluções em T.I.

A empresa está dentro ainda da Politec, empresa líder nas áreas de outsourcing e de gestão eletrônica de documentos, e que poderia, em princípio, ser vista como concorrente da Neokoros. Afinal, a Politec desenvolveu a tecnologia de identificação por meio da íris, adotada pela Nasa e pelo Bureau Federal de Investigações (FBI). "A Politec necessitava de um sistema que operasse com segurança e sem falhas para grande fluxo de pessoas. Hoje, nosso sistema faz o controle de acesso da empresa em Brasília e está em processo de expansão para outras filiais da empresa", conta Chaul.

As placas e o algoritmo criado pela Neokoros estão, neste momento, em fase de homologação pelo pessoal da Dimep, tradicional fabricante de relógios de pontos e sistemas de controle de acesso. A expectativa é de que, em breve, o coração das máquinas da Dimep passe a funcionar com tecnologia Neokoros.

Prêmio Goiás de Inovação

Criado pelo Conselho Temático de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação da Fieg, em parceria com Senai, Goiás, Vilage Marcas e Patentes, Fapeg, Sebrae, Finep e Escritórios de Projetos (UCG e Fieg), o Prêmio Goiás de Inovação tem como objetivo central identificar e premiar esforços inovadores realizados por indústrias e instituições de ciência e tecnologia do Estado.

As demais metas da premiação contemplam a divulgação de processos e produtos inovadores e o apoio à divulgação do Prêmio Finep, buscando ampliar o volume e a qualidade da participação de indústrias e instituições goianas. Inovações compreendem implantações de produtos e processos novos e substanciais, melhorias em produtos e processos. Uma inovação de produto e processo é considerada implantada se tiver sido in-

troduzida no mercado (inovação de produto) ou usada no processo de produção (inovação de processo). Podem participar indústrias e instituições públicas ou privadas, com sede em Goiás, que tenham a inovação como elemento relevante em suas estratégias de atuação ou crescimento.

Os vencedores receberão troféus, bolsa de estudos em curso de graduação ou pós-graduação das Faculdades de Tecnologia do Senai de Goiás; passagem aérea, oferecida pelo Senai, para participar de feira, seminário ou congresso sobre o tema tecnologia e inovação, nacional ou internacional; bolsa de estudo para o Empretec, do Sebrae; assessoria de registros de patentes no INPI, oferecida pela Vilage Marcas; bolsa de estudo a dois cursos do , e consultoria do Escritório de Projetos (convênio UCG/Fieg). ■

Sistema Fieg/Ascom

Encontro Benchmarking Industrial

O segredo do sucesso das maiores organizações revelado para você.

Conheça as experiências e resultados com importantes indústrias que aplicam este poderoso instrumento de melhoria, de gestão e de vantagem competitiva.

27 de agosto de 2008
Goiânia-GO

Informações: (62) 3219-1443

CABEÇA-DE-OBRA

Em parceria com 16 empresas, Goiás realiza programa de desenvolvimento de estagiários que alia formação técnica e intelectual

■ Célia Oliveira

Muito se tem falado em planejamento de carreira, habilidades, competências, comportamento profissional e trabalho em equipe. Esses e outros itens, abordados com frequência em palestras, cursos e treinamentos, são requisitos procurados por empresas na hora de contratar um novo colaborador. Se, individualmente, isso é razão para automotivação, pode servir igualmente para que as organizações possam contribuir com o desenvolvimento de trabalhadores e profissionais nos campos técnico e intelectual. Isso mesmo! Não é somente de mão-de-obra básica que as empresas estão carentes, mas também de inteligência ou, na linguagem popular, "cabeças pensantes".

Nesse sentido, uma ação do IEL Goiás ganhou adeptos para o desenvolvimento de estagiários. Dezesesseis empresas parceiras para o Ciclo 2008 do Programa IEL Talentos-Desenvolvimento de Estagiários colaboraram com a definição da metodologia, focada no saber, saber fazer e saber agir e ferramentas específicas. O resultado é um conteúdo comportamental e de gestão focado no aperfeiçoamento de um perfil de liderança, que será ministrado a um grupo de 20 jovens selecionados. "Eles serão preparados para agregar valor às empresas, propor soluções, ser parte do negócio", define a gerente do programa, Núbia Rodrigues Almeida.

As empresas parceiras do Ciclo 2008 do IEL Talentos, das quais mui-

Sinergia com indicadores empresariais

"O programa tem o Ciclo 2008 respaldado nas necessidades do mercado, naquilo que as empresas querem e precisam", evidencia o superintendente do IEL Goiás, Paulo Galeno Paranhos. Ele considera que o treinamento, cuja programação foi delineada a partir de indicadores de qualificação apontados pelas empresas parceiras e focada no desenvolvimento comportamental e em gestão, contribuirá com a formação de perfis profissionais mais inteligentes, "mais apurados".

A parceria e empresas, para o ciclo do programa, tem uma visão de

tas já publicaram em jornais seus requisitos de contratação, acolhem esses estagiários com nova visão. "Vimos no Programa a oportunidade para formar engenheiros com a cara da empresa", diz Helen Oliveira, supervisora do estagiário Suelho Elias, na Goiarte.

Para a psicóloga e supervisora de outro jovem participante do programa, Andréia Hanna, essa sinergia soma para o coletivo. Danilo Drummond, 19 anos e estudante de Administração, assistido por Andréia, conta que sua maior expectativa é ter diferencial no mercado de trabalho. Quando foi selecionado, ele viu-se diante de uma chance de realizar seu projeto de vida após concluir a faculdade.

presente e futuro, pois abre possibilidades de contratação dos estagiários e forma uma reserva estratégica de pessoas com perfil de liderança. "O mercado de trabalho não se encontra carente somente de mão-de-obra técnica qualificada, mas também de intelecto, profissionais com habilidades para conduzir negócios, gerar valor e resultados", lembra a gerente do Talentos, Núbia Almeida. A tríade - IEL, empresa e jovem - configura a transformação de dificuldades ou problemas em oportunidades, principalmente, para o jovem em busca do primeiro emprego.



PROGRAMA TALENTOS-DESENVOLVIMENTO DE ESTAGIÁRIOS / CICLO 2008

ORGANIZAÇÕES PARCEIRAS

- /// Crer
- /// Mabel
- /// Goiarte
- /// Sinduscon
- /// Teuto
- /// Grupo Terral
- /// Cervejaria Imperial
- /// Later Engenharia
- /// Cotril Máquinas
- /// Leinertex
- /// Habitasul Imobiliária
- /// São Jorge
- /// Novo Mundo
- /// LG Informática
- /// Regra Logística
- /// Quero Alimentos

Autoconhecimento, o ponto de partida

Inegavelmente o mercado está a exigir sempre mais dos profissionais e já não é suficiente apenas ter conhecimento técnico e experiência. Atualmente, as questões referentes ao autoconhecimento somam pontos para o indivíduo se posicionar diante dos outros e dos desafios que lhe são apresentados. Ao que tudo indica, o valor do autoconhecimento no século 21 reside na descoberta do caminho que se quer seguir, das mudanças a fazer, das escolhas no campo profissional, etc.

"Os primeiros passos para se alcançar o sucesso é conhecer a si mesmo", aponta a psicóloga Lysia Moreira. Consultora do IEL Talentos, ela desperta nos 20 jovens uma análise intensa do "eu" de cada

um, com vistas a propiciar exatamente a união do técnico ao comportamental. "A pessoa que busca conhecer-se profundamente, em geral, mostra uma atitude de abertura e essa característica ajuda no crescimento profissional". Enveredar-se pela rota do autoconhecimento nem sempre é fácil e cômodo, mas, para os estudiosos, é caminho para muitas respostas, para situações de insegurança, de medos que atrapalham a desenvoltura humana no campo profissional. De acordo com Lysia Moreira, o mais importante na busca do conhecer-se a si mesmo é a abertura e a disponibilidade de cada indivíduo que passará a ter mais autoconfiança e noção clara das dificuldades e potencialidades que possui.

CORREÇÃO

Na legenda do gráfico "Recursos do PCP", página 33, da edição 222, de maio deste ano, o financiamento privado responde por 40% do financiamento do Programa de Capacitação Profissional e não por 20% como publicado.

Plano de vida: concluir a faculdade e ser gestor de uma grande empresa

Danilo Drummond, estudante de Administração



APENAS A SANTA INÊS,
QUE PRODUZ **10 MIL M²**
MENSALMENTE, E EMPREGA
45 FUNCIONÁRIOS,
INCLUINDO A RECENTE
CONTRATAÇÃO DE
10 TRABALHADORES,
INVESTIU MAIS DE **R\$ 50 MIL**
NA CONSTRUÇÃO DE UM GALPÃO
PARA ARMAZENAR AREIA

Mário Renato Azeredo:
investimentos em novo
galpão, equipamentos
e treinamento de
recursos humanos



LAJES COM CERTIFICAÇÃO

Indústria de lajes pré-fabricadas investe em qualificação da produção e em sistemas de gestão para ganhar competitividade

Lá se vão 22 anos desde que Francisco José Rabelo – dono da Só Lajes, nome de fantasia da empresa Silva Nabem Lajes e Materiais de Construção – instalou sua fábrica em Anápolis. Ocupando hoje uma área de 1.150 m², a indústria havia produzido o correspondente a 3,5 mil m² de lajes por mês no ano passado. “O mercado melhorou bastante neste ano”, comemora Rabelo, com a timidez característica dos empresários que começam a desvendar o potencial de seu negócio. A produção mensal cresceu para 5 mil m², calcula ele, o que representa um aumento superior a 40% na comparação com 2007.

Até o final deste ano ou no começo do próximo, Rabelo espera assegurar o tão esperado selo de qualidade para as lajes que produz, arrematando 18 meses de esforços para colocar a fábrica nos trinques e me-

recer a certificação do ICQ Brasil, organismo ligado ao Sistema Fieg. O empresário participa, juntamente com outras 20 indústrias de Goiânia, Aparecida de Goiânia, Anápolis, Catalão, Itumbiara, Jataí e Formosa, do Programa Goiano de Qualidade de Lajes Pré-Fabricadas (PGQL).

Este, por sua vez, foi resultado da associação da Federação das Indústrias do Estado de Goiás (Fieg) e do Instituto Euvaldo Lodi (IEL) com o Sindicato das Indústrias de Produtos de Cimento do Estado de Goiás e fabricantes de lajes, sob as bençãos do Programa de Apoio à Competitividade das Micro e Pequenas Empresas Industriais (Procompi), desenvolvido pela CNI e pelo Sebrae Nacional. O ICQ Brasil responde pela avaliação de conformidade do produto acabado e por sua certificação final. ➔

Modelo inédito

Trata-se de um programa inédito, afirma Vera Lúcia Elias Oliveira, coordenadora de consultoria e gestão empresarial do IEL, que deverá tornar-se modelo para o País, acrescenta Mário Renato Guimarães Azeredo, diretor-presidente da Lajes Santa Inês e um dos gestores do PGQL.

Inédito porque não se limita a comprovar a qualidade do produto final, mas envolve uma série de etapas, elaboradas e desenvolvidas pelo próprio setor privado, envolvendo desde a administração de cursos e palestras sobre boas práticas de produção, técnicas recomendadas, gestão da qualidade do processo, gestão estratégica e financeira, até qualificação na área comercial e capacitação em saúde laboral e segurança no trabalho.

No início das discussões para definir como o PGQL seria implantado, havia uma corrente de opinião que defendia o foco exclusivo no resultado final da produção. “Mas como o produto pode ser bom se a gestão não está legal?”, questionou Azeredo. A partir desse debate, decidiu-se desenhar um projeto mais amplo, muito embora as dificuldades iniciais pudessem ser maiores.

Ao todo, são 18 meses, num investimento estimado por Vera Lúcia em quase R\$ 500 mil, bancados pelo Procomp, sob fiscalização do Sebrae, pelo sindicato, Fieg e pelas empresas, que contribuem, de acordo com Azeredo, com R\$ 250 por mês. Essa contribuição, na verdade, é só o começo da conversa. O investimento final, segundo estimam Vera Lúcia e Azeredo, deverá extrapolar de longe a marca de meio milhão de reais, já que o programa exige que as empresas façam investimentos mais pesados em galpões, maquinário e treinamento de pessoal, entre outros.

CUSTO MENOR, MAIS ENCOMENDAS

Apenas a Santa Inês, que produz 10 mil m² mensalmente, e emprega 45 funcionários, incluindo a recente contratação de 10 trabalhadores, investiu mais de R\$ 50 mil na construção de um galpão para armazenar areia, na compra de equipamentos e em treinamento de mão-de-obra. Em junho, com o mercado em crescimento, a empresa criou um segundo turno de trabalho, para atender aos pedidos de clientes. Se fechar um contrato para uma grande obra, ainda em fase de negociação, a carteira de encomendas estará preenchida até agosto. “E já não temos tanta folga para aceitar pedidos novos”, reforça Azeredo.

Recentemente, a indústria enfrentou a segunda pré-auditoria e deverá passar por mais uma até o final do ano, antes da grande averiguação final, prevista para janeiro de 2009. Os testes e ensaios técnicos são patrocinados pela Carlos Campos Consultoria e Construções, laboratório que também é parceiro do programa.

Depois de concluída a qualificação pelo PGQL, as empresas participantes terão percorrido boa parte do caminho para a obtenção de certificação com base na norma ISO 9000, se desejarem, aponta Azeredo. “A palavra-chave é organização”, diz ele. A empresa passa a errar menos, reduz o retrabalho, passa a cumprir prazos, a custos mais baixos, já que vai consumir, proporcionalmente, menos insumos, matérias-primas e energia, além de reduzir gastos com horas extras.

Para completar, ambos, Azeredo e Vera Lúcia, acreditam que haverá impactos sobre as vendas e o sobre o volume de encomendas, diante do ganho de produtividade esperado. A soma das economias alcançadas e as perspectivas de crescimento das vendas tendem a compensar o investimento inicial realizado. ■

DA AREIA ÀS FERRAGENS

\\ Ao dar formas finais ao PGQL, técnicos e empresários perceberam que a eficácia e os resultados de toda a adequação poderiam ser ameaçados pela qualidade dos insumos. Por isso, uma das vertentes do programa prevê reuniões com toda a cadeia de fornecedores, envolvendo empresas de extração de areia e brita, cerâmicas, produtores de ferro e aço, fabricantes de treliças e de isopor, indústrias de cimento e de aditivos. No começo de julho foi realizada a segunda reunião envolvendo todas as partes da cadeia. Antes disso, os gestores do PGQL tiveram encontros com os sindicatos de cada um daqueles segmentos, numa tentativa de motivá-los a aderir ao programa, conta Mário Renato Guimarães Azeredo, da Lajes Santa Inês. Alguns setores já adotam sistemas de gestão da qualidade reconhecidos e certificados. Mas para outros, como a extração de areia e a produção cerâmica e lajotas, mais pulverizados, a adesão tem sido mais complicada. Nada que tenha impedido o programa de seguir adiante.



por dentro da indústria



DURABILIDADE E SEGURANÇA

\\ Premiado na 12ª edição do Prêmio Falcão Bauer, conferido pela Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC), o projeto Utilização de Concreto Auto-Adensável em Estrutura de Edifícios com Custos Inferiores ao Concreto Convencional foi desenvolvido pela Realmix Concreto Ltda em parceria com a construtora Arcel Engenharia e a Escola de Engenharia Civil da UFG, sob coordenação do professor André Luiz Geyer. Segundo o gerente de Produção e Operação da Realmix, Rodrigo Resende de Sá, o concreto auto-adensável (foto) exige maior imobilização inicial de capital, mas reduz custos com mão-de-obra e encargos pela metade, acelera a construção e agrega maior segurança e durabilidade ao projeto.

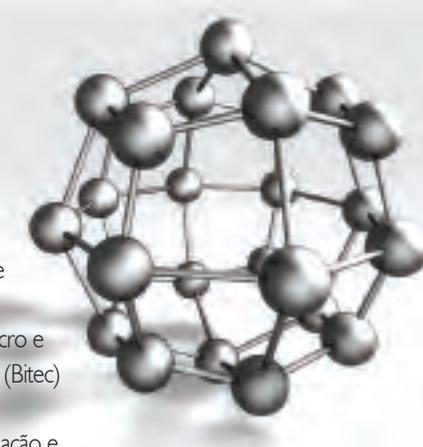
ARTE E CRIATIVIDADE

\\ O Serviço Social da Indústria (Sesi Goiás) premiou, no dia 11 de junho, os vencedores do 18º Concurso Sesi Arte Criatividade nas categorias Conto, Poesia, Pintura Figurativa, Pintura Primitiva, Pintura Abstrata, Escultura e Desenho Artístico. A solenidade de entrega dos prêmios e o vernissage, com apresentação das obras selecionadas, foram realizados no Clube Antônio Ferreira Pacheco. Na edição deste ano, concorreram 346 obras (126 contos e poesias e 220 obras de artes plásticas), com artistas de 14 municípios goianos.



PRÊMIO À INOVAÇÃO

\\ As inscrições ao Prêmio CNI, num reconhecimento às empresas que adotam boas práticas nas áreas de inovação e produtividade, design e desenvolvimento sustentável, encerram-se no próximo dia 29 de agosto. Podem concorrer micro e pequenas indústrias com faturamento bruto anual de R\$ 3,6 milhões, além de médias e grandes empresas do setor industrial. A categoria Inovação e Produtividade premia projetos que contribuam para o avanço tecnológico e da produtividade. Os melhores projetos de design de produtos concorrem em outra modalidade. Sistemas de gestão ambiental, práticas de produção mais limpa e tratamento de resíduos, educação ambiental e reciclagem disputam a categoria Desenvolvimento Sustentável. Informações pelo telefone (61) 3317-9472 ou por meio dos seguintes endereços eletrônicos: premiocni@cni.org.br e iteixeira@cni.org.br.



BITEC 1

\\ O Programa de Iniciação Científica e Tecnológica para Micro e Pequenas Empresas (Bitec) oferece bolsas para estudantes de graduação e de nível superior tecnológico. Numa parceria entre o Instituto Euvaldo Lodi (Goiás), Conselho Nacional para o Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) e Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai), o Bitec financia projetos de empreendedorismo, inovação tecnológica em produtos e processos e de melhora de gestão para micro e pequenas empresas.

BITEC 2

\\ Os projetos inscritos nas áreas de diagnóstico, mapeamento, protótipo, software, pesquisa, teste e elaboração de manual, no âmbito do Bitec, serão realizados entre setembro deste ano e fevereiro de 2009. Os estudantes selecionados, sob orientação de professores qualificados, receberão bolsa mensal de R\$ 300, com contrapartida das empresas. Os interessados podem entrar em contato com o IEL Goiás pelo telefone (62) 3216-0307/0308.

CORRESPONDÊNCIA

“Ao presidente da Fiég, Paulo Afonso Ferreira:

O povo de nosso Estado deve ao Sistema Federação das Indústrias do Estado de Goiás a espetacular expansão da indústria, com a conseqüente criação de postos de trabalho e desenvolvimento econômico e social de toda a região. Os números revelados pelo IBGE e divulgados pela revista **Goiás Industrial 222** espelham o compromisso do empresariado com o crescimento de Goiás.

Parabéns a todos.”

Vereador Carlos Soares
líder da bancada do PT

Sindmóveis

Competitividade

O projeto elaborado pelo Sindicato das Indústrias de Móveis e Artefatos de Madeira no Estado de Goiás (Sindimóveis), em parceria com a Fieg e indústrias do setor, já foi enquadrado pelo Programa de Apoio à Competitividade das Micro e Pequenas Empresas Industriais (Procompi), desenvolvido pela CNI e pelo Sebrae Nacional. Com recursos do Sebrae (58%), da Fieg e de indústrias moveleiras, que respondem pelos demais 42%, o Procompi destinará R\$ 250 mil para apoiar ações que agreguem mais qualidade e maior competitividade à produção de móveis na região metropolitana de Goiânia, que abriga 550 empresas e movimenta perto de R\$ 360 milhões por ano.

Sindtrigo 2

Safra em dobro

Durante o primeiro encontro da comissão, realizado em maio, o presidente do Sindtrigo, André Lavor, antecipou sua expectativa de que a safra de trigo alcance aproximadamente 80 mil toneladas em Goiás e no Distrito Federal. O volume, embora ainda baixo, suficiente para fazer frente a somente três meses de consumo na região, segundo Lavor, já demonstra um aumento de 100% em relação à safra anterior.



Sindtrigo I

CULTURAS DE INVERNO

O Sindicato dos Moinhos de Trigo da Região Centro-Oeste (Sindtrigo) foi convidado pelo Ministério da Agricultura para fazer parte da comissão especial de estudo das culturas de inverno, criada pelo ministério para debater políticas públicas para o trigo e outras culturas, como aveia e cevada. A proposta é criar mecanismos que permitam estimular o crescimento da produção para o equivalente a 60% do consumo doméstico, reduzindo a dependência do País em relação a importações num momento de escalada dos preços internacionais do grão. A comissão reúne as principais entidades da cadeia do trigo no Brasil.

Sindicarne

Reeleição

José Magno Pato foi reeleito para a presidência do Sindicato das Indústrias de Carnes e Derivados no Estado de Goiás e Distrito Federal (Sindicarne). A nova diretoria será composta por Eurípedes Gomes do Carmo e Romildo Damas da Rocha, diretores; Ana Lúcia Moreira Favaretto, José do Couto Coelho e Aderbal Luiz Arantes Júnior, conselheiros fiscais. Magno Pato assumirá ainda, juntamente com Haroldo Arruda Camargo Júnior, o posto de delegado representante junto à Fieg.



Sindicer

Blocos cerâmicos

O Sindicato das Indústrias de Cerâmica no Estado de Goiás (Sindicer) avisa que foi publicada no Diário Oficial da União do dia 18 de abril a Portaria Inmetro/Mdic nº 124, de 15 de abril deste ano, regulamentando a avaliação de conformidade para blocos cerâmicos para alvenaria e de vedação. A norma determina que organismos de certificação de produtos devem demonstrar ao Inmetro que fabricantes e importadores de blocos certificados já atendem ao regulamento aprovado. O prazo encerra-se em outubro, seis meses após a publicação da portaria, cuja íntegra poderá ser consultada no site do Inmetro (www.inmetro.gov.br), no link "Legislação".

Sindquímica

Presidente mantido

O presidente do Sindicato das Indústrias Químicas no Estado de Goiás (Sindquímica), Eduardo Cunha Zuppani, foi reeleito na direção da entidade. A nova diretoria, que comandará o Sindquímica de 2008 a 2011, será composta por Jaime Canedo, vice-presidente; Agripino Sousa, vice-presidente; Jair de Alcântara, tesoureiro; Glênio Borges, secretário; Flávio Oliveira Neto, Marcelo Ferreira e Álvaro Euclides, conselheiros fiscais; Eduardo Zuppani e Jaime Canedo, delegados representantes junto à Fieg.



Sinduscon I

Qualificação profissional

Menos de três meses após o lançamento, o Projeto Sinduscon e Senai no Canteiro de Obras colhe os primeiros resultados. Pioneiras, a Construtora e Incorporadora Moreira Ortence realizou curso de pedreiro básico, módulo 1, entre 14 e 30 de maio, e a Dinâmica Engenharia ofereceu o curso de leitura e interpretação de projetos, de 19 de maio a 6 de junho. A organização do projeto visitou três construtoras em maio (Tradição Engenharia, Pontal Engenharia e Prumus). Daqui em diante, a parceira tende a ser ampliada, envolvendo maior número de empresas e colaboradores. Mais informações no Departamento de Recursos Humanos do sindicato, pelo telefone (62) 3095-5169, ou via e-mail: andreia@sinduscongoias.com.br

Sinvest

Revista de moda

Durante coquetel realizado no último dia 26, no Clube Antônio Ferreira Pacheco, o Sindicato das Indústrias do Vestuário no Estado de Goiás (Sinvest) promoveu o lançamento da revista VestModa. Editada em português e espanhol, a publicação será distribuída no Brasil e na Argentina. Segundo o presidente do Sinvest, José Divino Arruda, a distribuição incluirá os principais eventos da indústria da moda no País e pontos de venda estratégicos, como o Shopping Frei Caneca, em São Paulo, e a Fenatex, agendada para os dias 12 a 15 de agosto em Blumenau (SC). Antes disso, a VestModa já havia desembarcado na Couromoda, realizada também na capital paulista, entre 1º e 4 de julho.



Sifaeg/Sifaçúcar

SERRA DO CAIAPÓ

A Usina Serra do Caiapó, inaugurada no dia 5 de junho, no município de Montividiu, região Sudoeste, é a 21ª usina que entra em operação no Estado de Goiás. A unidade tem capacidade para moer 1 milhão de toneladas de cana-de-açúcar e produzir 85 milhões de litros de álcool por safra. Nessa primeira safra, serão 500 mil toneladas de cana moídas, plantadas em 3,5 mil hectares, e 45 milhões de litros de álcool produzidos. A usina está gerando 350 empregos diretos. De acordo com a direção da empresa, 50% da colheita da cana-de-açúcar na Serra do Caiapó está sendo mecanizada nesta safra. A meta é chegar a 100% de mecanização em três anos.



Sinduscon 2

Jogos da Construção

As inscrições para os Jogos da Construção, o torneio anual de futebol soquete realizado pelo Sindicato da Indústria da Construção de Goiás, foram encerradas no dia 30 de junho. O Torneio Início, marcando a abertura dos trabalhos sociais que ocorrerão durante todo o dia, será realizado em 2 de agosto, quando o setor comemora o Dia Nacional da Construção Social, na Unidade Integrada Sesi de Aparecida de Goiânia. Prevê-se a participação das 20 equipes inscritas nos Jogos da Construção 2008.

Sinduscon 3

Importações e locação

A Cooperativa de Compras da Construção Civil em Goiás (Coopercon-GO), em parceria com a Comissão de Materiais, Tecnologia, Qualidade e Produtividade (Comat), da Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC), começa a formar grupos de empresas interessadas em importar aço a preços mais baixos do que aqueles cobrados pelas distribuidoras no País. A cooperativa também informa que seu banco de locação de equipamentos já está disponível. Mais informações nos telefones (62) 3095-5166 e 3093-3168 ou via e-mail (coopercon@sinduscongoias.com.br)

"É importante evocar a história das duas instituições para que não haja dúvidas sobre quem são seus clientes e como devem ser atendidos"



Paulo Vargas
é superintendente do Sesi Goiás e diretor regional do Senai Goiás

Sesi e Senai, espelhos de seus clientes

Historicamente, a concepção do Senai, no início da década de 40, e, mais tarde, do Sesi foi idéia e iniciativa exclusiva dos empresários da indústria nacional. Conscientes do momento, sob impacto da grande Guerra Mundial (1942), que provocava restrição da mão-de-obra européia, e com visão empreendedora de um Brasil forte industrialmente no futuro, não esperaram solução do governo da época. Eles próprios se organizaram e criaram a instituição que cuidaria da formação da mão-de-obra para suas indústrias. Pensando no Brasil e na profissionalização da geração jovem, deram-lhe o nome de Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial. Eles mesmos manteriam as escolas que passariam a ser construídas em todos os Estados.

Quatro anos depois, os mesmos empresários, percebendo que o trabalhador da indústria, além da formação profissional, necessitava ser atendido no campo da saúde, do lazer, da educação e da cultura, criaram o Serviço Social da Indústria e, da mesma forma, assumiram a gestão e o custeio dos centros de atividades que passaram a ser implantados.

É importante evocar a história de criação das duas instituições para que não haja

dúvidas sobre quem são seus clientes e como devem ser atendidos.

Lendo os discursos do empresário Roberto Simonsen, um dos idealizadores do Senai, por ocasião de inauguração das primeiras escolas, fica-se conhecendo a riqueza de detalhes de como elas deveriam ser: ambientes semelhantes às empresas, esmeradamente organizados e apresentados de forma a proporcionar aos jovens que freqüentam os cursos formação humana e profissional integrada e com qualidade.

A finalidade do Senai foi e continua sendo a preparação de jovens e adultos para a indústria; e a do Sesi é o atendimento aos industriários e seus familiares na área social. Desde sua criação, tanto as escolas como os centros de atividades são implantados, estruturados e mantidos para atender às necessidades concretas das empresas onde as unidades vão operar. É o parque industrial e o mundo do trabalho que determinam os cursos e o nível em que devem ser oferecidos, dentro da lei em vigor.

Como instituição de aprendizagem para a

indústria, oficinas, laboratórios e ambientes de ensino do Senai são semelhantes aos ambientes industriais e os cursos destinados à preparação de jovens, com estrutura própria e adequada à idade, oferecidos gratuitamente. Os conteúdos são técnicos, do mundo do trabalho, da vida e da prática de cidadania. O desenvolvimento de hábitos como ordem, disciplina, precisão e o espírito colaborativo entre alunos são objeto de particular atenção e zelo.

Já os cursos destinados à preparação de adultos para o exercício de profissões industriais ou ao aperfeiçoamento para quem já é qualificado são parcialmente custeados pelas indústrias ou pelos interessados, seja iniciação profissional, técnico, seja graduação tecnológica.

Nas últimas décadas, diante do fenômeno da globalização e do avanço tecnológico, a entrada de alunos em cursos do Senai passa por processo seletivo para que a formação atenda aos requisitos dos clientes, ou seja: garanta a laboralidade exitosa e a competitividade das empresas.

Portanto, os clientes prioritários do Senai e do Sesi são as indústrias e todos aqueles que nela trabalham ou venham a trabalhar; é para ela que, direta ou indiretamente, as instituições existem e trabalham. São as próprias empresas ou os órgãos industriais do Estado ou do município que direcionam a ação das unidades operacionais e os cursos.

Se os recursos financeiros permitissem mais poderia ser feito. Entretanto, é bom que se diga, toda a comunidade é beneficiada, pois as empresas são patrimônios da sociedade. É bom que se diga que Sesi e Senai estão completamente abertos ao trabalho de parceria com o poder público e entidades sociais. ■



Para você ter seu certificado de qualidade a gente mostra o nosso



O ICQ Brasil é referência nacional em certificação de sistemas de gestão. Ligue agora e obtenha benefícios exclusivos para sua empresa:

- ◆ Certificado em duas vias sem cobrança de taxa extra
- ◆ Certificados encaminhados em até 48h*
- ◆ Plano de pagamento ajustável às necessidades de sua empresa
- ◆ Atendimento em todo o Brasil
- ◆ Realização de palestras e eventos sobre qualidade, certificação, PBQP-H entre outros.

* Após recomendação da certificação pela Comissão.



Instituto de Certificação Qualidade Brasil
Seu parceiro para o desenvolvimento
www.icqbrasil.com.br
icqbrasil@sistemafieg.org.br
Tel.: (62) 3219-1397 | Fax: (62) 3219-1427

Anglo American.

Um mundo maior do que você imagina.

Líder global em diamante e platina. Um grupo com operações em 45 países, que fala 20 idiomas e gera mais de 90 mil empregos diretos. Que nunca investiu tanto no Brasil como agora, com grandes aportes e empreendimentos. Nióbio, fosfatados, níquel, minério de ferro - um mundo Anglo rico em diversidade de negócios e pessoas, que compartilham o mesmo princípio: desenvolvimento com sustentabilidade. Se esse é o mundo que você quer, venha crescer nele junto com a gente.



www.angloamerican.com.br